

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N° 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA**

ÉLTON CÂNDIDO DA SILVA

**SERRA DA CANASTRA
UMA HISTÓRIA AMBIENTAL**

**UBERLÂNDIA, MG
2016**

ELTON CÂNDIDO DA SILVA

**SERRA DA CANASTRA.
UMA HISTÓRIA AMBIENTAL**

Monografia apresentada ao curso de
Graduação em História, do Instituto
de História da Universidade Federal
de Uberlândia, como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel
em História, sob a orientação do prof.
Dr. Marcelo Lapuente Mahl.
Uberlândia, Junho de 2016

**UBERLÂNDIA, MG
2016**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente à minha família, especialmente à minha esposa e filha. Também dedico à família do Senhor Hélio Lasmar que gentilmente cedeu seus escritos contribuindo assim para a elaboração deste trabalho e, por conseguinte ao povo da Canastra.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às pessoas que cederam de seu tempo para me auxiliarem de alguma forma e ao Professor Dr. Marcelo Lapuente Mahl que me orientou de maneira tranquila, profissional e acreditou em minhas convicções.

RESUMO

Este trabalho procura nos preceitos da História Ambiental fazer uma observação relacionada à recente criação do Parque Nacional da Serra da Canastra (PNSC). Esta observação se faz específica sobre a comunidade tradicional de camponeses e outros atores sociais que estão inseridos neste Meio Ambiente. Afetada por um episódio singular que é a criação do Parque, esta comunidade percebe sua identidade natural agredida pela presença do Estado, que impõe modificações em um espaço antes usado como um recurso de subsistência da vida campesina. Assim como outras comunidades rurais ou indiretamente ligadas ao campo, que têm suas simbologias e culturas criadas na relação com a natureza, os habitantes da região da Canastra vão neste processo absorvendo novos sentidos em seu cotidiano, revisitando assim sua recente memória e consolidando esta complexidade.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 - Plataforma Continental Jurídica Brasileira.....	19
Imagem 2 - Foto de Satélite - Demarcação do Parque Nacional da Serra da Canastra.....	21
Imagem 3 - Moradia típica do Sertão.....	24
Imagem 4 - Exploração de garimpo às margens do São Francisco.....	25
Imagem 5 - Família de Camponeses e Garimpeiros.....	26
Imagem 6 - Fazenda produtora de café.....	27
Imagem 7- Senhor Chico Chagas, <i>canastreiro</i>	32
Imagem 8 - Capa documento Senhor Hélio Lasmar.....	34
Imagem 9 - Gráfico de acontecimentos entre 1972 e 1981.....	37
Imagem 10 - Serra da Canastra.....	39

LISTA DE ABREVIATURAS

APA – Área de Proteção Ambiental

APP – Área de Preservação Permanente

ARIE – Área de Interesse Ecológico

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

EE – Estação Ecológica

FLONA – Floresta Nacional

RE – Reserva Ecológica

REBIO – Reserva Biológica

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

HA – Hectares

UC – Unidade de Conservação

MMA – Ministério do Meio Ambiente

PARNA – Parque Nacional

PM – Plano de Manejo

PNSC – Parque Nacional da Serra da Canastra

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo I A História Ambiental	4
1.1 Elucidações sobre a criação de Parques Nacionais	12
Capítulo II O Parque Nacional da Serra da Canastra	20
2.1 Conservacionistas, Preservacionistas e Protagonismo	29
2.2 Senhor Hélio Lasmar.....	34
Considerações Finais.....	40
Bibliografia.....	43

Introdução:

Buscar novas formas de entender sociedades que estiveram ou estão intimamente ligadas à Natureza, mesmo que para isto tenhamos que repensar a ideia de tempo, mostra-se inovador pela abordagem da recente História Ambiental. Utilizando metodologia e abordagens de diferentes outras áreas esta nova forma de entender a História tem também sua própria trajetória. Este trabalho inicia-se na descrição desta trajetória segundo determinados autores, que basicamente se consolida como uma disciplina em 1970, destacando o norte-americano Roderick Nash. (DRUMMOND. 1991 p.177) Mesmo o homem estando sempre relacionado ao mundo Natural que o cerca e assim ter sido abordado por outras linhas históricas, mais tradicionais, através deste novo viés podemos diretamente incluí-lo, assim como nós, neste ambiente natural. Levando em conta que em muitas sociedades as pessoas se entendem separadas da natureza.

A relação conflituosa entre a Ciência e a sociedade sempre levou os assuntos considerados absurdos, a batalhas jurídicas e a discussões morais e religiosas com interesses variados. Seguindo esta análise sobre disputas e suas consequências é que buscaremos abordar a criação de Parques Nacionais, consequentemente o Parque Nacional da Serra da Canastra (PNSC) em 1972 que é onde se encontra o foco deste trabalho. Por estes ambientes serem locais de vida selvagem, fonte de recursos naturais importantes e também de grandes representações simbólicas e estéticas, a História como Ciência ou disciplina precisou utilizar-se de ferramentas vizinhas. Foram por estas formas interdisciplinares que novos estudos puderam e podem ser feitos. Assim como a Ciência em geral sempre está em movimento a História e também outras disciplinas acompanham as mudanças que se faz no mundo. (WORSTER, 1988, p.199)

De acordo com Warren Dean (2011, p.23), o papel do historiador ambiental é unir o que a Ciência separa homem e Natureza. Nesta ótica é que se pretende buscar e compreender detalhes da cultura material desta comunidade da Canastra. Sua interação com a Natureza, no caso do uso das pastagens na Serra, aponta-nos características de suas técnicas agrícolas, fator que é de grande importância na tradição pecuária leiteira e na produção queijeira, fazendo parte das significações sociais e culturais, percebendo também a importância econômica.

A História Ambiental no Brasil tem como grande referência os chamados “ciclos econômicos” segundo Diegues, (2001, p 15) e também a partir da colonização do Brasil, quando se produziu muitos documentos oficiais. Autores brasileiros como Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) e Gilberto Freire (1900- 1987) são considerados pesquisadores tanto da

sociedade brasileira quanto dela se relacionando com sua Natureza. Diversas são as fontes que podemos então de acordo com a História Ambiental propor descrever determinada complexidade ambiental. (LEFF, 2001, p.14)

No primeiro capítulo deste trabalho se fala então desta nova forma de investigar o passado ou até mesmo entender determinadas questões do presente, uma vez que segundo Pádua (2001, p.2), a História Ambiental vem no contexto da Globalização, buscando novas perspectivas para entender a humanidade no uso e apropriação dos espaços, dos recursos e em novas reinterpretações do ambiente. Drummond (1991, p.181-182) cita outros métodos característicos para a História Ambiental. Em primeiro ele cita o recorte, que na maioria das vezes é uma região com alguma homogeneidade ou identidade natural. Em segundo o diálogo com outras ciências, pertinentes ao quadro físico e biológico desta região. Terceiro é buscar as interações entre os recursos naturais úteis e os considerados inúteis, consequentemente as diferentes interpretações e apropriações destes recursos. Em quarto ele cita as fontes historiográficas existentes a respeito tanto destes lugares quanto dos grupos sociais que ali vivem e seu desenvolvimento econômico ou não. Uma quinta e última sugestão do autor seria o trabalho de campo, importante prática usada até mesmo por outras ciências, mas que para o Historiador Ambiental é de grande ganho.

Por análise a estes espaços chamados inicialmente de Unidades de Conservação (UC) é que muitos trabalhos sobre História Ambiental tomam referências e elaboram suas críticas. Uma vez que o Parque de Yellowstone foi criado nos Estados Unidos em 1890, mas já considerado Reserva em 1879, é que se espalha ao mundo a ideia de Unidades de Conservação e ou de Ilhas de Preservação. Com grande discurso de “Natureza Intocada”, estes espaços vão sendo criados ignorando as sociedades humanas que antes ali viviam. Observações estas que trazem à História Ambiental um sentido de responsabilidade com o passado. De acordo com Antônio Carlos Diegues (2001, p.17) estima-se uma população de 300.00 pessoas que foram expulsas de seu território ou vivem em conflitos por causa de demarcações. Porém desde a consolidação da História Ambiental a ideia de ambientalismo como militância dentro da disciplina vem sendo separada. Mas isto não quer dizer que o Historiador esteja isento de sua influência sobre suas análises nem que a História Ambiental não possa ter um propósito de combater a destruição do Meio Ambiente.

No Brasil o interesse em se preservar árvores, por exemplo, vem desde o século XVII em razão dos desmatamentos causados pela extração do Pau Brasil, porém o problema era referente à falta de madeira para se vender e não para preservar. A indústria Naval brasileira estava se desenvolvendo e queria garantir seus recursos econômicos. (DEAN, p.154) Também

os conhecidos jardins da Coroa são referências de época, considerados Áreas de Preservação, porém recriados pelo homem. No final do século XIX André Rebouças, inspirado por Yellowstone, propôs a criação de vários Parques no Brasil, no Paraná e nos Rios Tocantins e Araguaia. 70 anos mais adiante é que surge o Parque do Itatiaia no Rio de Janeiro e depois em 1937 é que se oficializa na constituição a necessidade em se preservar áreas. Mais adiante o Estado cria vários órgãos, que vão deste então criar e gerir estas Unidades de Conservação.

Já no capítulo II a abordagem é específica ao Parque Nacional da Serra da Canastra (PNSC). Criado em 1972 pelo Decreto de lei nº 70.355, este Parque passou por diversas questões, além dos conflitos relacionados à demarcação, que também fazem parte da discussão do trabalho, este lugar comporta nascentes importantes. Dentre estas, a do Rio São Francisco que é considerado um rio de integração nacional, pela razão de seu curso passar em vários estados e que em 2003 teve sua nascente redefinida por novas pesquisas científicas. (IBGE, 2003) Este exemplo possivelmente irá trazer outras questões posteriores a esta descoberta, tendo em vista que o interesse turístico na região muito se reflete ao Rio. Outras observações, estéticas no caso, foram feitas pelo viajante europeu Auguste de Saint-Hilaire que traz em sua obra uma significativa fonte de pesquisa para trabalhos de História Ambiental, mesmo sendo ele um botânico do século XIX sua obra é reconhecida quando se busca sobre a Canastra. Também detalha-se aqui um pouco das particularidades dos habitantes da Canastra, especificamente no início do Século XX, quando o garimpo era outra forma de subsistência nesta região. (MMA, IBAMA, p, 13)

Boa Parte deste capítulo parte deste capítulo tem como fonte escrita duas excelentes teses de Mestrado dos Geógrafos Gustavo Cepolini (2013) e Cristiano Barbosa (2006), sendo que Cristiano cedeu um conjunto de imagens que veio consideravelmente contribuir para o trabalho. Muito se produziu sobre o parque relacionado às Ciências biológicas, porém este trabalho buscou especificamente a problemática da demarcação, sem necessidade de se aprofundar em alguma questão biológica. Estas duas teses e outras também relacionadas à Canastra abordam as questões humanas dentro de seus métodos, sendo então de forte identificação com as abordagens mais culturais e sociais que também a História Ambiental comporta.

Na parte que o trabalho discorre sobre Conservadorismo e Preservacionismo é onde se procura compreender a presença de alguns protagonistas que estiveram em meio às mudanças na região de forma participativa. Destaca-se então o Senhor Hélio Lasmar que foi o primeiro Administrador do Parque, de 1972 a 1981. O recorte não fica preso a estas datas devido a novos acontecimentos que ainda estão ligados a demarcação, porém é através deste período

que se busca maior aprofundamento tanto na memória do Senhor Lasmar quanto a outras memórias hoje expostas publicamente através do projeto de Reconciliação e Comissão da Verdade.¹ Também é através da experiência que tive em variadas datas na região da Canastra que pude informalmente adquirir conhecimento a respeito da vida do *canastreiro* e de detalhes dos conflitos pós-demarcação.

Capítulo 1 - A História Ambiental

A História Ambiental, considerada um campo historiográfico ou até mesmo um campo de trabalho surgiu nos Estados Unidos o ano de 1970. Um curso especificamente com este nome foi institucionalizado na Universidade da Califórnia em Santa Bárbara, 1972. O Historiador responsável ou pioneiro foi Roderick Nash, sendo ele um historiador cultural que produziu nesta época grandes estudos sobre a presença da imagem de vida selvagem na construção de ideais de identidade nacional norte-americana. (DRUMMOND, 1991, p. 177). Mas Nash e outros pesquisadores elaboraram seus estudos baseando-se em pesquisas anteriores de historiadores e outros cientistas sociais, sobre questões da territorialização dos Estados Unidos, matança de índios, paisagens, agricultura etc. (WORSTER, 1991. P. 200). Também outros desta nova linha destacam-se outros historiadores como Donald Worster com (*Nature's Economy: a history of ecological ideas*, de 1977) e o brasileiro Warren Dean (1932-1994) que produziu uma obra de grande referência (*Brazil and the struggle for rubber: a study in environmental history*, de 1987) além de seu grande trabalho *A ferro e fogo* (1995), sobre a região amazônica que foi publicada depois de sua morte no Chile.

De início já podemos entender que a relação do homem com a natureza se mostra como um fator chave para que a História Ambiental possa buscar respostas a fim de compreender outras percepções sobre o passado ou do meio ambiente no passado. De fato que por inúmeras construções culturais o homem e a natureza foram afastados, sendo o homem o ser que poderia dominar esta, este afastamento não se deu na realidade. De acordo com Warren Dean (1996, p. 23) por fazer parte da natureza o homem sempre esteve em relação com toda forma de vida existente e é a partir desta relação sem focar apenas no homem que esta nova especialidade da historiográfica trabalha. A apropriação da Natureza tanto por habitantes tradicionais, camponeses, nativos ou mesmo por governos situa-se em um tempo não

¹ Os depoimentos de vários “canastreiros” estão disponíveis no site www.projetocanastra.com.br, e é através destes depoimentos que foi possível constituírem alguns argumentos que afirmam ajudam a compreender o objeto estudado.

geológico, é o tempo do homem, que a partir de novas abordagens pode até ser considerado insignificante em relação à História da Terra. (DRUMMOND, 1991 p, 179)

Muitos historiadores como Marc Bloch e Lucien Febvre da primeira fase da Escola dos Annales, fundada em 1929, posteriormente Fernand Braudel, inovaram a forma de se fazer perguntas e escrever sobre o passado. (WORSTER, 1991, PÁDUA, 2010.) Estas novas perspectivas são muitas vezes citados por diversos historiadores ambientais como referência em estudos historiográficos, pois buscaram respostas também na natureza. Através da interdisciplinaridade com a Geografia, Antropologia, Sociologia e outras vertentes conseguiram elaborar importantes análises, não se limitando às bases econômicas e sociais na relação do homem com a natureza. Foram expoentes numa linha que fugia da solidez da pesquisa histórica. A interdisciplinaridade aconteceu de forma aberta, entre aceitações e negações estes primeiros Historiadores vieram então a compreender outras possibilidades da História. Porém a maior dificuldade segundo Antônio Carlos Drummond se encontra em juntar a História natural à História social. (1991, p.178)

O surgimento desta outra forma de fazer história, já institucionalizada, não foi por acaso. A década de 1960/70 foi uma época de reavaliação e reforma cultural segundo Donald Worster (1988, p. 199), onde principalmente a relação do homem com a natureza de forma predatória chamaria a atenção do mundo e muitas respostas precisavam ser dadas. A forma como o homem afetaria o meio ambiente e este afetaria o homem se torna então o universo principal desta disciplina. Crises globais de várias formas sendo analisadas por vários campos de estudo, Geografia, Antropologia, Economia, Sociologia, Filosofia e a História propriamente dita, contribuíram também para que a História Ambiental fosse se ajustando, e ainda continua para poder aprofundar em lacunas às vezes imensas, como a própria Natureza.

Em relação à História da humanidade ou História Social, os estudiosos religiosos não admitiam uma idade superior a 7 mil anos para a humanidade e também para a terra. Assim a Ciência Natural conseguiu pelo menos no meio científico revelar que a terra e também o homem são mais velhos do que acreditavam. (DRUMMOND, 1991 p. 178) A História parece então ter uma vastidão a explorar, mas como isto seria feito também possibilitou novas formas de fazer História, novos olhares e novas ferramentas. Somente o que fora escrito, produzido ou se tinha conhecimento não eram mais os únicos rastros do homem, nem tampouco apenas ele deixou sinais.

O tempo, construção social e que já era variável em algumas sociedades se encontra também nas ciências em conflito, ou se torna problemático. Porém a medida do tempo já se tornara critério de experimentos e análises e assim não demorou para que a Teoria da

Evolução descoberta por Charles Darwin venha a dar mais campo para se pensar e estudar a vida, conseqüentemente o homem e a natureza. (PÁDUA, 1985, p.6) Desta forma essas mudanças epistemológicas da História são também frutos dos próprios estudos. Drummond (1991, p.182) em seus estudos históricos ressalta dois tempos, um natural e um social. Não seria possível depois de novas descobertas sobre a idade do planeta, os cientistas ignorarem que havia esta divisão equivocada e mesmo ignorante, de separar o homem da terra. A cultura européia viria então a ser novamente transformada, socialmente por isso. Ao incorporar o tempo às disciplinas vai se incorporando também ao inconsciente social, assim ao tempo Histórico, por exemplo, este tempo vez da cultura humana um pequeno detalhe na história do planeta, sem falar do cosmo.

Pádua (2010, p. 5) percebe que estas mudanças epistemológicas de rompimento do tempo, que os geólogos do século XIX já diziam em milhões de anos não trazem um problema para a História. É inclusive isto que leva a História Ambiental, antes História Natural ou Ecológica a ter mais onde expandir seu campo de busca. Ele também cita outro fator que viria a ser o grande desafio da História Ambiental em seu início, não se projetar como uma História da militância ecológica. Porém citando Lucien Febvre, podemos ressaltar que o historiador não seria um homem isolado do seu tempo, onde a partir da metade do século XX. As questões ambientais de destruição da natureza estão em foco no mundo inteiro.

Donald Worster (1991, p 199) coloca que a fase da História Ambiental ligada a militância ambientalista foi ultrapassada, mas não deixando de ser questionadora frente os problemas ambientais. Segundo Worster ela se aperfeiçoou e seu objetivo seria “aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através do tempo afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com resultados”. Desta forma percebe-se que os problemas sociais e ambientais não estariam isolados deste novo campo, a História Ambiental seria um esforço para o entendimento e para análises mais inclusivas em suas narrativas, colocando o homem em igualdade com outras formas de vida.

Antônio Carlos Diegues (2001, p. 75-76) em seu trabalho sobre os mitos cita vários conceitos a respeito da Cultura e sua relação com a Natureza. Buscando então nessas observações algumas abordagens, dentre estas as antropológicas. Ele discute também rompimentos e as importantes novas formas de entender as questões homem e natureza. Segundo ele o rompimento com o determinismo geográfico é fundamental para novas abordagens, inicialmente isto se deu pela Ecologia Cultural. Porém já ultrapassadas algumas afirmações desta abordagem que compreendeu muitos processos de adaptação do homem, mas não dando tanta importância aos rituais, simbólicos e míticos das sociedades.

Mais adiante em seu estudo, Diegues (2001, p. 77) explica que a Antropologia Ecológica, outra vertente usada por historiadores ambientais busca entender através da afirmação de que o homem dentro do seu ecossistema estaria centrado no equilíbrio, adaptando-se ao ambiente de forma auto reguladora. Assim afirmam que as sociedades primitivas, por exemplo, seriam portadoras desta ordem, uma lógica que conscientemente os fariam estar em equilíbrio com os ecossistemas. Esta visão mecanicista teve importância na contribuição de argumentos a muitos movimentos ambientalistas, inclusive superando a ideia da Ecologia Cultural, porém percebe-se novamente a necessidade em aprofundar e desdobrar este entendimento.

Estes levantamentos de Diegues (1998) mostram que a História Ambiental assim como outras formas de abordagens da História, precisa estar em certa medida atualizada em referência aos seus métodos. Desta forma ao buscar em seu objeto as respostas que lhe são precisas é necessário saber o mínimo do que já tenha feito sobre aquilo, a forma como foi feito e como possa ser. Assim como afirma Pádua (PÁDUA 2010, p.2) a História Ambiental está no movimento da Globalização, é parte desta época em que muitas transformações acontecem e é preciso tomar conhecimento do que se modifica neste avanço. A própria discussão ambiental é tão contemporânea quanto a História Ambiental, muito do que se pesquisa parece ser realmente a relação destruidora do homem com seu ambiente.

Paulo Henrique Martinez (2006, p. 34) acredita ser insuficiente compor um mosaico de investigações no âmbito local e regional a fim de tecer uma rede e explicar o objeto. Seria preciso pela dinâmica destes espaços e pessoas, diferentes abordagens e métodos que outras formas de estudo oferecem. Desta forma a cooperação profissional estaria aberta num âmbito intelectual mais denso, mais acadêmico. Isto pode então trazer narrativas diversas e elucidações precisas de realidades existentes, necessárias a nosso tempo quando pensamos os problemas ocasionados pela degradação ambiental.

Na América Latina segundo Enrique Leff (LEFF, 2005, p.12) estes estudos transitam desde o meio natural pré-hominídeo e as culturas aborígenes até a sociedade industrial e urbana. Diversos são os fatores que levam aos estudos neste lado do continente americano, muitos destes estão ligados a um passado presente. A degradação ambiental causado pela industrialização de certos países latinos americanos é intensificada no século XX, mas desde a colonização espanhola e portuguesa muitos são os vestígios que servem de fonte aos historiadores ambientais. Dentre estas estão à extração de ouro, prata e outros minérios e também a produção de açúcar que com seus canaviais especificamente no Brasil causou grande degradação ao longo do período colonial. (DEAN, 1996, p.26) O próprio nome de nosso país já nos remete ao símbolo primeiro da extração da madeira do pau brasil.

Na região amazônica especificamente a produção de borracha no século XX traz ainda muita coisa a ser esclarecida sobre este período e as ações que envolvem a produção desta borracha. Novamente percebe-se que não apenas a extração de certa matéria prima ou ação antrópica direta na natureza se mostra como objeto de estudo da História Ambiental. (DEAN, 1996, p.18) Os contextos em que cada coisa estudada se encontra nos trazem novas descobertas sobre o passado, principalmente quando além da matéria prima desejada a ser extraída estava também as pessoas envolvidas com estes ambientes. Desta forma as inúmeras modificações no ambiente e as consequências nas sociedades que ali viviam ou para estes lugares foram a fim de sobreviver de determinada atividade trazem tanto perguntas quanto respostas a cerca deste passado.

Voltando a Enrique Leff, (2003 p. 1), é muito interessante ver que além dos novos escritos historiográficos da História Ambiental temos também a construção e ressignificação de conceitos e concepções de mundo. Dentre estes se destaca a própria palavra “Ambiente” que segundo o autor o ambiente emergiria como um pensamento holístico, que abarca uma realidade complexa tanto para as pessoas que vivem neste ambiente quanto para a ciência que tem agora neste espaço novos paradigmas. Desta forma a História seria então a mais atrasada das ciências a buscar no ambiente novas formas de perguntar e novas respostas. Mesmo tendo a história já entrada no mundo da natureza e na relação do homem com o meio natural, a História Ambiental tem agora uma *Complexidade Ambiental* que é o que definiria seu campo de estudos. O conceito de ambiente então e seu bojo de significados e acontecimentos se torna o objeto que esta nova disciplina ou linha de estudo coloca o primeiro olhar, a complexidade ambiental vem definir seu campo historiográfico.

Também outros autores trazem então estas dificuldades iniciais e que posteriormente foram sendo esclarecidas e a História Ambiental toma mais forma. A cena global exposta ao público vem se aprofundando em várias esferas e assim no coletivo imaginário e em diversos outros aspectos culturais. Os problemas e as complexidades ambientais são colocados como parte de um presente que teve início a partir da ação do homem em uma relação com a natureza de forma nunca vista. (PÁDUA, p.2) A idéia de Ecologia influenciando outros setores fora da academia, estabelecendo novas formas de agir e pensar o trabalho e a vida em si se torna segundo vários autores um dos principais temas de estudo, a complexidade ambiental é onde vêm existir a História Ambiental. Também Paulo Henrique Martinez (2006, p, 19-20) ressalta que é possível buscar estas diferentes definições do espaço ou do que se conhece como Natureza, sendo estas então “construções sociais”, em outras ciências, especialmente na Geografia que já trabalha a temática de forma bem absorvida em seus

discursos. Não que o Meio Ambiente seja o objeto em si da busca da História Ambiental, mas é nele que se encontram múltiplas formas de se abordar a História.

Mesmo estudos não intitulados como História Ambiental conseguem buscar nas densas memórias, muitas vezes desconhecidas por historiadores locais, sobre determinadas regiões e acontecimentos importantes. Cito o trabalho do Historiador americano Seth Garfield (2009, p.20) da Universidade do Texas que pesquisou a relação entre Estados Unidos e Brasil durante a Segunda Guerra e o interesse norte-americano na borracha brasileira. O que se mostra relevante, além do interesse comercial são os próprios conflitos entre autoridades americanas em relação à exploração de recursos no Brasil ou não, uma vez que a dependência de borracha asiática deixava os estados unidos sem alternativas, eles precisavam procurar outras fontes. Este acontecimento influenciou a desenvolvimento da borracha sintética da indústria norte-americana e conseqüentemente trouxe reflexos na produção já iniciada aqui no Brasil, acarretando problemas ambientais, sociais e econômicos.

Este estudo citado acima é outro exemplo de estudos que buscam em antecessores pontos de partida ou referências ao que se deseja pesquisar. Seth Garfield tem como base em seu trabalho um dos mais importantes estudos de Warren Dean (1989) sobre a borracha no Brasil. Segundo ele:

A história ambiental pioneira de Warren Dean sobre a borracha amazônica documenta os esforços intermitentes das administrações Vargas e Roosevelt para criar *plantations* de borracha no Brasil no início da década de 1940. (GARFIELD, 2009, p, 20 apud DEAN, 1989.)

O departamento de agricultura dos Estados Unidos determinava que a borracha fosse o bem mais importante da Amazônia brasileira. Por este discurso podemos analisar na questão ambiental que o uso de recursos naturais pode ultrapassar qualquer importância que determinado lugar tenha. Tanto os brasileiros urbanos quanto para os ribeirinhos, índios e outros moradores desta região possivelmente não veriam a Amazônia por esta ótica. Seria a Guerra ou o próprio sistema capitalista que traria base a tal argumento? São muitas perguntas que a História Ambiental pode buscar com sua capacidade como campo de estudo.

A História Ambiental no Brasil pode seguir tanto uma História do capitalismo, mais recente, ou do desenvolvimento como os “ciclos econômicos” citados por Drummond (1991, p195) e Diegues (2001, p. 14) ou mesmo a partir da colonização, isto se pensando em história documentada, com fontes oficiais ou não. Mas além das possibilidades documentais oficiais, as inúmeras fontes como registros de viagem, relatos pessoais e mesmo nas tradições culturais

junto à memória oral é possível buscar vestígios. (MARTINEZ, p. 37) Drummond cita que o uso pastagens nativas, por exemplo, pode ser a razão pela qual uma sociedade tradicional pode determinar seu meio de vida e formação cultural. Seria por este uso de um recurso natural que ocasionaria equilíbrios ou desequilíbrios, ambientais ou sociais e poderia trazer importância a uma pesquisa. (DRUMMOND, 1991 p6) O mesmo também cita que como metodologia de pesquisa podem ser usadas:

as fontes tradicionais da história econômica e social censo populacionais, econômicos e sanitários, inventários de recursos naturais, imprensa, leis e documentos governamentais, atas legislativas e judiciárias, crônicas. Neles se encontrarão informações abundantes sobre os conceitos, os usos, os valores atribuídos e a disponibilidade de recursos naturais. (DRUMMOND, 1991, p.7)

Algumas destas são as fontes que ajudam a compor este trabalho, também junto ao documento elaborado pelo Senhor Hélio Lasmar.

Obras de outros pesquisadores brasileiros do século XX como Gilberto Freire (1900-1987), com *Nordeste de 1935* (1985) e Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) com *Monções* (1990) e *Extremo Oeste* (1986), e até mesmo as Cartas de Pero Vaz de Caminha² do século XVI levam-nos a perceber que, o que parece pouca produção pode nos trazer muita luz. Outras vias investigatórias que também nos levam a abrir um campo de análise historiográfico tão grande e complexo quanto a extensão do território brasileiro podem ser o uso de outras ciências. Assim como a História Ambiental pode buscar na Biologia o mundo dos micro-organismos e células, também na Antropologia, por exemplo, valores e símbolos atribuídos à natureza pelo homem. Na Geografia o conceito de paisagem é uma práxis e pode muito nos auxiliar, principalmente se relacionando às belezas estéticas atribuídas à natureza. (SCHIER, 2003 p.85)

Outra orientação é sugerida por Drummond, (1991, p.181-182) onde o autor pensa em cinco métodos possíveis para se fazer História Ambiental. Em primeiro o recorte, que no caso seria a Região da Canastra que se encontra a portaria 1, de São Roque de Minas. Segundo o quadro com outras ciências, o que foi possível pensando na observação antropológica. Em terceiro busca-se explicações de acordo com os recursos naturais disponíveis ou não, aqui este trabalho visa compreender que é devido à proibição a estes recursos, as pastagens nativas e outros que se encontram nas fazendas desapropriadas que os camponeses vêem interrompida sua relação com o Ambiente. Em quarto ele cita as fontes escritas sobre o lugar, livros, teses,

² Não se sabe com precisão sua data de nascimento nem de sua morte, fontes de internet sugerem (1450-1500), (http://www.suapesquisa.com/quemfoi/pero_vaz_caminha.htm)

documentos oficiais etc. é neste que entra a fonte fornecida pela família do Senhor Hélio Lasmar, primeiro diretor do Parque e que em 1981 organizou um dossiê e escreveu suas memórias sobre sua jornada como diretor do Parque. Por último a quinta sugestão, que é o trabalho de campo, muito comum na Geografia, Antropologia e outras linhas da História. Nesta, a presença em campo se deu em oportunidades que não eram de buscas da pesquisa, porém devido a interação com as pessoas do lugar, a experiência de convivência e em diálogos sobre as memórias do conflito compõe-se argumentos honestos e que podem contribuir com esta monografia. O material oral utilizado vem de fontes disponíveis na internet,³ e os discursos não diferem consideravelmente dos que os diálogos proporcionaram, levando a entender que ambos estão dentro da mesma questão.

O americano Donald Worster (1991, p.202) é outro Historiador que também elabora métodos importantes para se pesquisar por esta linha. Ele indica que é preciso de três níveis de estudo a fim de elaborar um bom trabalho de História Ambiental. O primeiro nível trataria da natureza propriamente dita, isto inclui novamente abordagens que se utiliza de estudos de outras ciências, o que se mostra muito positivo. O segundo nível entra no domínio socioeconômico na medida em neste exista a interação do homem com o ambiente, como isto ocorre, quais ferramentas e artifícios os homens usaram neste ambiente e deste ambiente. No terceiro nível de estudo vai às complexas questões que formam o mundo intelectual dos homens que vivem ou interagem com o lugar pesquisado, os mitos e as muitas estruturas de significação que é de origem humana.

Nesta linha de pensamento e de abordagens, este trabalho tenta então perceber a sociedade tradicional da Serra da Canastra e determinados acontecimentos que a tornam específicas nesse meio rural. Busca-se então pensar fragmentos que direcionem o entendimento de identidade natural e a importância simbólica de um lugar que até então não estabelecia restrições a quem ali vivia. Pela análise do documento escrito pelo Senhor Hélio Lasmar buscou-se não detalhar sua confecção, a razão ou capacidade da obra, mas fragmentos que viessem em primeiro momento contribuir com um olhar sobre aquele contexto. Mesmo que este documento tenha potencial para algo de maior aprofundamento não foi neste momento esta a intenção. Aceitando a quarta recomendação de Donald Worster, citada acima, que reflete sobre a importância destas fontes, em primeiro momento o que se tira desta é apenas fragmentos de seu testemunho, o que remete a poucas páginas.

³ Estas declarações estão disponíveis nos site (www.projetocanastra.com.br)

Elucidações sobre a criação de Parques Nacionais

As Áreas Naturais, Reservas Ecológicas ou Biológicas e Parques Nacionais são no conceito legal e acadêmico Unidades de Conservação (UCs). Estes espaços que antes eram parte de um todo natural geralmente é selecionado e demarcado por inúmeros critérios que levam em conta o contexto, a economia, a cultura e também a estética. (DRUMMOND apud FRANCO, p.63) Os usos destes espaços antes e depois de serem considerados Parques ou Unidades de Conservação foram e são diversos, de acordo com interesses de quem os ocupava ou não antes de serem demarcados e de acordo com novas regras de uso determinadas pelas instituições responsáveis.

O mais conhecido dos Parques Nacionais é o de Yellowstone, conhecido como um marco na criação destes espaços de preservação a criação deste parque remonta o ano de 1890. Mas antes disso já era considerado uma Reserva por Abraham Lincoln que era o presidente nesta época. Este parque tem 8.991 km², com grande parte no Estado de Wyoming. (COSTA, 2007 p. 15) É caracterizado por grandes montanhas rochosas onde passam por elas o Rio Yellowstone com cachoeiras e corredeiras, este parque também tem os famosos *gêisers* que muito se vê em filmes e desenhos americanos que retratam o lugar como paradisíaco, mas cheio de perigos do mundo selvagem.

Segundo Diegues (2001. p.18) apesar dos Estados Unidos serem os propagadores da idéia de Áreas de Preservação eles possuem menos de 2% do território americano com estas Áreas. A Europa segundo este autor possui pouco mais de 6%. Os países menos desenvolvidos têm áreas maiores de preservação, não apenas pelo pouco desenvolvimento em relação a estes outros lugares, mas muito porque optaram por isso. Porém são inúmeros os problemas de falta de espaço para a produção de alimentos nestes países, inclusive acirram-se muito mais os conflitos pela terra estas demarcações de Parques Nacionais, Estaduais ou Municipais ou Áreas de Preservação, pois interesses diversos pressionam para que estas áreas sejam liberadas para uso.

A brasileira Patrícia Côrtes Costa (2007) elaborou um excelente livro sobre a construção dos parques nacionais no Brasil e no Mundo, uma obra que pode servir muito como referência a Historiadores Ambientais uma vez que faz um levantamento preciso destes espaços. Ela cita que os outros países que foram pioneiros no mundo seguindo o exemplo dos Estados Unidos na criação de parques são: A Austrália que teve seu parque o Nacional Royal sete anos depois do Yellowstone em 1879 com 15.608 há, O Parque Nacional Banff no Canadá foi criado em 1885 e tem 6.641km², depois o Parque Nacional Egmont na Nova Zelândia com sua superfície

de 335km², este local foi considerado Zona Protegida em 1881 e depois de ser agregado o monte Kaitake ele se tornou Parque em 1900. Na África do Sul o primeiro Parque a ser criado foi o Parque Nacional Kruger com uma superfície de 19.485km², criado em 1925voficialmente como Parque, mas desde 1898 já tinha lugares selecionados e resguardados devido a imensa fauna que já era ameaçada de extinção. Na América do Sul temos o Parque Nacional Nahuel Hapi o mais antigo da Argentina, criado em 1903 com uma área de 75km² no início e hoje conta com uma reserva de 3.300km². Este Parque Argentino tem dentro dele outro Parque, o Los Arrrayanes criado em 1974. No Equador temos o Parque Nacional Galápagos, em um dos mais importantes e conhecidos do mundo por se tratar do lugar onde o Naturalista Charles Darwin (1809-1882) elaborou grande parte de sua pesquisa sobre evolução das espécies. Eles têm 6.912 km² e está no arquipélago de Galápagos, declarado Parque em 1934. (2007, p17-18)

Voltando a questão que traz a problemática da criação de Parques e os conflitos em relação ao uso destes ambientes, Diegues (2001, p.17) cita que o Pnuma (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE), sugere que o ideal seria um espaço de 10% do planeta terra a ser reservado para Unidades de Conservação. Então novamente são as forças oficiais e institucionais que pensam o quanto deve ser reservado como proteção da interferência do homem. Estes espaços, porém, são os que segundo Diegues (2001, p 63) nunca se encontraram livres do próprio homem onde estes forjaram e foram forçados pela referência da natureza, criando mitos e elevando suas culturas. Porém esta discussão de se preservar espaços naturais com fontes e recursos naturais não pode ser entendida como negativa e sim como uma situação em andamento em nossa História, uma vez que a História da humanidade depende da conservação de seu habitat.

O fogo, fenômeno natural de combustão que ocorre naturalmente ou ocasionado pelo ser humano é um dos grandes vilões e referenciais quando se trata de construir Áreas de Preservação. O domínio do fogo mostra o controle de uma sociedade perante a natureza e seu território. Isto contribui para que muitos grupos sociais se desenvolvessem, mas também para que muito se destruísse. Se colocar contra este fenômeno seria abraçar o determinismo numa investigação de história, uma vez que nem todos os povos tiveram uma “idade metálica” segundo Drummond, (1991, p. 182-183) mas através do fogo e de técnicas de seu uso puderam ter mais acesso a alimentos e ferramentas, também proteção e de certa forma uma luz. Detalhe este que mais adiante será levantado em referência ao uso de queimadas na Serra da Canastra para produção de pastagens novas.

O caso de destruição causada pelo fogo foi abordado por Historiadores norte-americanos como Stephen J. Pyne (1988), citado por Augusto Drummond. (1991, p.189) De acordo com Drummond Pyne derrubou a ideia do “Bom Selvagem” que muitos ambientalistas defendiam, no caso os dos Estados Unidos. Segundo este autor com a vinda dos europeus para as terras do continente americano as florestas que eram destruídas pelo fogo causado pelas práticas dos indígenas locais, começaram a se expandir uma vez que estes novos habitantes ou invasores interferiram neste processo. Drummond cita que os trabalhos referentes a estes episódios são fartos nos Estados Unidos, pois a partir de 1870 intensificaram-se muitos esforços governamentais para diminuir esta prática uma vez que pela concepção destes a natureza deveria ser preservado dos incêndios causados pelos indígenas. (DRUMMOND, 1991, p. 190)

Este controle das paisagens ou da Natureza são características dos europeus que povoaram a América do Norte, dando sustentação para as ações que culminaram na criação dos parques nacionais. Para que isto tivesse sustentação não apenas dos órgãos governamentais foi preciso criar culturalmente a crença de que se deve fazer com estes lugares. Segundo Diegues (2001, p.13-14) é geralmente para isso que servem os Mitos, o Mito do Paraíso, intocado pelo homem conseguiu trazer junto à opinião pública, no caso dos Estados Unidos e a criação de Yellowstone os argumentos necessários para o isolamento do ambiente natural. Estes Mitos ou Neo-mitos citados por Diegues foram transportados para outros países e foram a base para a criação de muitos parques e reservas ecológicas.

Novamente nos remetemos à questão da introdução de modelos de uso, no caso dos parques o turismo para apreciar as belezas naturais e em alguns casos a convivência sustentável do uso de recursos naturais. O uso geralmente utilizado por moradores antigos muitas vezes traz conflito com os novos mitos, ainda mais quando muitos destes moradores já tinham seus mitos e estes em muitos casos justificam o uso da natureza por eles. (Diegues, 2001, p.58) no Brasil, por exemplo, existem tanto pessoas que vivem da extração e pequenas produções agrícolas da terra quanto indígenas que vivem só da caça e coleta de frutos, em alguns casos determinada prática agrícola. Desta forma implantação de normas de uso, a oficialização da natureza muitas vezes pode ser vista como uma afronta às crenças, tradições e culturas já existentes.

Ainda segundo Diegues, (2001, p.18) um estudo feito em 1993 pelas Nações Unidas mostrou que uma quantidade de 300 milhões de pessoas destas regiões foram expulsos ou convivem de forma conflituosa com as demarcações de terra impostas pelos governos Estes habitantes ocupam as savanas, florestas, e regiões polares. São aproximadamente 19 por cento da superfície terrestre. O que muito causa espanto é que estas ações são voltadas para os

povos urbanos, a fim de que estes tenham uma forma de usar estes ambientes geralmente para o lazer turístico, deixando assim quem fazia usos para subsistência fora do seu contexto de vida, de sociedade.

No Brasil segundo Warren Dean, (2011. P, 151) o interesse em preservar algo notoriamente se passa pelo interesse comercial, útil e prático do que se queria preservar, a exemplo disso foi o interesse da Coroa Portuguesa pela madeira para embarcações que já em 1689 editaram ordens reais a fim de preservar tal árvore. Eram estas o *pau real* ou *madeira de lei*. Mais adiante ao invés de exportar estas madeiras para Portugal a Coroa instalou indústrias de construção Naval aqui no Brasil. Estas florestas persistiram até o fim do século XVIII e agora então pela lei estariam sob controle tanto da Coroa quanto de inúmeras pessoas ligadas a extração e comercialização desta madeira, de certa forma regulamentada esta atividade tinha uma grande organização comercial devido sua importância. O que podemos perceber é que não há ainda os conceitos estéticos que justificaram outras leis preservacionistas já mencionadas, inclusive o que se percebe é apenas o interesse comercial, mas o formato de uso foi modificando e inclusive o tipo de atividade nestas florestas agora eram restritas a atividades de pouco ou nenhum impacto, bem parecido com que se encontram hoje quando as reservas podem ser usadas por moradores tradicionais.

Mais adiante em sua obra Dean (2011. P, 154) relata que alguns servidores da Coroa designados a cargos conservadores das matas, em especial Baltasar da Silva Lisboa que era um juiz percebera a tanto a beleza destas matas quanto a sua destruição levantou a necessidade de se preservar estas áreas. Racionalizar o uso da floresta e diminuir a extração de madeira seriam necessidades urgentes para que não acabasse tudo. Perceberam que as árvores derrubadas não brotavam em seus tocos novamente, e gastaria muito tempo até que outra pudesse surgir no lugar desta. Porém mais adiante a inviabilidade deste comércio se deu pela ineficácia da ultrapassada indústria madeireira e as madeiras vindas de outros continentes eram mais baratas, mesmo com os embates entre a Coroa, os fazendeiros e donos das madeiras, outros fatores como a miséria da terra destruída foram mudando o cenário.

De início já podemos notar que a relação identitária de quem habitava estes lugares, em suas maiorias indígenas e posteriormente homens brancos pobres e ex-escravos não eram levados em conta. Enrique Leff (2013. P, 23) levanta esta questão sobre o papel da História Ambiental em buscar considerações a respeito disso, sobre como se dava a ideia de espaço que pertence a outro povo, povo da floresta. Ao se recuperar textos históricos podemos encontrar mais respostas a respeito de certas possibilidades, por exemplo, perceber ou não se as sociedades que de determinados lugares foram expulsas poderiam não se encontrar,

identificar-se em outros lugares a não ser o seu de origem. São estas as Complexidades Ambientais que podemos buscar entender.

As Unidades de Conservação no Brasil têm diferentes datas a serem levadas em conta. As Históricas, que além de jardins e espaços considerados redutos de beleza que eram protegidos por figurões da Coroa Portuguesa há também as propostas oficiais de criação de ambientes protegidos. Em 1876, por exemplo, André Rebouças, político e engenheiro propôs a criação de Parques Nacionais em diversos lugares, Paraná (Sete Quedas), nos Rios Tocantins e Araguaia (Ilha do Bananal). Segundo Patrícia Côrtes, André Rebouças fora inspirado pela criação de Yellowstone pouco antes destas propostas. (COSTA, 2002. p, 18). No Brasil os Parques nacionais são o principal elemento dentre todas as Unidades de Conservação. Sendo este as áreas mais procuradas por ecoturistas são também muito restritas em seu uso, pesquisas e outras atividades devem ser anteriormente autorizadas pelos órgãos de fiscalização e controle dos Parques. (Ibidem, 2002, p, 43)

Já o Parque Nacional de Itatiaia no Rio de Janeiro veio 70 anos depois, com uma visão mais turística, o que era ainda novo, o conceito de apreciação da natureza fazia parte do mundo aristocrático, pois quem morava diretamente nestes lugares os tinha como lugar comum, mesmo apreciando as belezas não faz parte de seus costumes a exibição estética. Estes fatos podem ser percebidos até hoje quando se encontra com moradores tradicionais de regiões que são Unidades de Conservação (UC), inclusive o uso de determinados argumentos contemplativos vem junto com o mercado do turismo. A partir de 1937 foi oficializado na constituição os cuidados com a preservação da Natureza, a exemplo há o artigo 134. Já em 1948 numa escala maior a *Convenção para Proteção da Flora, Fauna e das Belezas Cênicas dos Países da América Latina* foi criado e aprovado. (COSTA, 2002, p 6). Este documento já mostra como a mudança em classificação se torna mais científica, nele já é separado os espaços como: Parque Nacional, Reserva Natural, Monumento Natural e Reserva de região Virgem. Mais adiante outros lugares foram sendo demarcadas e classificadas a fim de se tornarem Áreas de Preservação. A nomenclatura PARNA (Parque Nacional) foi sendo mais conhecida e utilizada. A partir de 1960 diversos outros parques foram sendo criados no Brasil.

Dentre estes parques será destacado o Parque Nacional da Serra da Canastra (PNSC), Criado em abril de 1972, com uma área inicial de 200 mil hectares este parque abrange em seu entorno seis cidades. Estas cidades passam então a fazer parte de um ambiente que antes eram menos significativos politicamente e culturalmente, mas não economicamente. O quesito econômico é onde se configura a maioria dos conflitos que envolvem sua história e que tem determinados assuntos que então serão levantados, uma vez que o uso do espaço rural

passa a ser proibido aos moradores tradicionais através do decreto de criação do parque. (PNSC p.3)

As Áreas de Preservação não implicam somente onde existe terra. Muitos Parques contemplam grandes áreas marinhas ou de rios, além das ilhas que são grandes referências estéticas, onde muitos mitos de paraíso perdido foram forjados. Sobre isto Diegues explica que:

Entre os vários aspectos de que se reveste o *particularismo* da gente do mar sobressaem os aspectos simbólicos, mágicos e rituais de que se reveste, em muitas culturas marítimas, a relação **homem/mar**. Esses aspectos simbólicos variam de cultura para cultura. Enquanto nos países ocidentais, o oceano constitui um objeto de medo e terror, em algumas sociedades do sul do Pacífico o espaço marítimo é o *locus* de vida, um ser vivo com o qual é preciso se conciliar antes de nele se adentrar. As sociedades marítimas do Pacífico, mais do que outras, desenvolveram mitos e ritos relativos ao mar e aos seres vivos que nele habitam. Nas sociedades ocidentais, esses mitos e ritos estão em desaparecimento, do ponto de vista coletivo, mas alguns deles ainda persistem do ponto de vista individual. (DIEGUES, 1998, p. 18)

O Mar, por exemplo, e seus inúmeros recursos são lugares de disputa histórica, além das rotas de navegação a pesca é um dos mais antigos meios de subsistência e sempre foi motivo de conflitos. No Brasil a pesca era um bem comum e sem regulamentação até 1988 quando um decreto da Constituição Federal colocou a biodiversidade aquática como de propriedade da União. (DIAS, NETO, p, 71) Também a biodiversidade aquática foi levada ao Status jurídico de recursos ambientais e para isto em prol da coletividade foi também criada leis para que fosse preservada.

No Brasil a primeira Reserva Marinha foi O Atol das Rocas, instituída em 1979, mas somente em 1991 foi implementada. Com 37.820 ha de área próximo a Fernando de Noronha no Rio Grande do Norte, consideradas uma das maiores colônias de Tartarugas no Atlântico este lugar foi palco de muitos naufrágios no século XIX. O Plano de Manejo desta Reserva foi criado somente em 2007, desde já observamos a demora em se fazer funcionar os mecanismos de preservação que em alguns casos solucionam problemas como os de conflitos entre moradores tradicionais e órgãos governamentais.

É importante observar que convenções de nível internacional ocorreram com intuito de preservar ou resguardar áreas com valores tanto ecológicos quanto comerciais como no caso dos Mares. Dentre estes destaco a III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito dos Mares que aconteceu em 1982 com a participação de 164 Estados membros e não membros da ONU (Organização das Nações Unidas). (IBAMA, 2007) O Brasil ratificou a Convenção em 1988 e em ela entrou em vigor em 1994. Esta formalização do direito ao Mar deu ao Brasil o espaço de 12 milhas a partir da costa brasileira, porém alterações nestas medidas e na

Convenção foram feitas com interesse em aumentar a possibilidade de área marítima a ser utilizado. Sobre esta demarcação especifica-se que:

A Convenção refere-se a dois tipos de linha de base: linha de base normal e linha de base reta. A linha de base normal é a da baixa-mar ao longo da costa, indicadas nas cartas náuticas de grande escala, oficialmente reconhecidas pelo Estado costeiro. A linha de base reta é utilizada nos locais em que a costa apresenta recortes profundos e reentrâncias, ou em que exista uma franja de ilhas ao longo da costa na sua proximidade imediata. Águas interiores, internas ou nacionais são as águas marítimas situadas aquém da linha de base. (IBAMA PRBAR, 2007, p. 6)



Imagem 1: Zona Econômica Exclusiva do Brasil.

Fonte: IBAMA Plano de Manejo da Reserva Biológica do Atol das Rocas

O que se pretende esboçar a respeito destas áreas marítimas, como está na imagem em azul, e que pertencem ao Brasil é que a demarcação de espaços pelo Estado não são apenas para fim de interesse estético ou para preservação de ecossistemas, mas também de interesses comerciais e estratégicos. Estes interesses, neste caso em consonância com órgãos internacionais, nem sempre são claros a população, por serem estratégicos então nos mostra que há inúmeras formas de apropriações territoriais e aquáticas

Preservar reservas nunca foi tarefa fácil e nem sempre teve os esforços necessários. Mitos são os relatos de áreas de reserva ou parques que continuaram e ainda continuam sendo usadas de forma irregular ou mesmo destruídas. Warren Dean (2001, p, 296-297) mostra que muito e descaso de governos e proprietários levavam a uma destruição ainda maior quando se demarcavam áreas de preservação. As grilagens de terras de reserva além de destruir os ecossistemas existentes prejudicavam os habitantes tradicionais e os que viam em busca de emprego, enquanto indígenas eram mortos ou expulsos de suas terras muitos homens que derrubavam as florestas não tinham mais o que fazer quando tudo era transformado em pasto.

Criado em 1967 o IBDF (INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLRESTAL) foi o órgão governamental que regulamentava e cuidava das Unidades de Conservação no Brasil. Na década de 70 foi criada por decreto as APAs (ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE), as RE (RESERVAS ECOLÓGICAS), e as EEs (ESTAÇÕES ECOLÓGICAS). E já em 1988 então o artigo 225 do capítulo VI – Meio Ambiente, que visa o bem estar das gerações futuras preservando o meio ambiente mostra que cresce o interesse e a preocupação com o meio ambiente. (Costa, p, 20) outras classificações de Unidades de Conservação foram criadas, mesmo nem todas sendo reconhecidas pelo CONAMA (CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE). Até a década de 90 este órgão reconhecia 11 destas categorias, eram estas: APA (AREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL), ARIE (ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO), EE (ESTAÇÃO ECOLÓGICA), Flona (FLORESTA NACIONAL (ESTADUAL OU MUNICIPAL), Parna (PARQUE NACIONAL), Rebio (RESERVA BIOLÓGICA), RE (RESERVA ECOLÓGICA) e também Horto Florestal, Jardim Botânico, Jardim Zoológico e Monumento Natural. (COSTA, 2002, p, 21).

Para que se possa demarcar determinada área e também para diminuir problemas com as sociedades tradicionais que ali existem utiliza-se de um Plano de Manejo. Esta ferramenta é um documento que faz um estudo científico prévio para que se possam calcular os impactos sociais e ambientais quando se pensa em demarcação de áreas, geralmente do governo. Porém este documento não assegura que estes habitantes vão aceitar os novos termos, demarcações ou indenizações por ter que abrir mão de suas terras ou de seus meios de recursos. Mas junto disso, deste levantamento é preciso também ações diversas que incluem, por exemplo, a chamada educação ambiental, para que possa haver o mínimo de informação a respeito destas ações. (COSTA, 2002 p, 22)

Em 1965, 15 de setembro especificamente foi criado o Código Florestal Brasileiro, este documento já tinha sido pensado no início do século XX, seria um Código Federal Florestal

ou mesmo códigos estaduais. Junto a alguma iniciativa de código ou outro documento estava já se iniciando também nesta época o Serviço Florestal no Brasil, o Governo devolvera suas terras para os Estados, mas com a crise política da Revolução de 30 o interesse por recursos era alvo de diferentes interesses e disputas. Porém com o amadurecimento de cientistas brasileiros segundo Warren Dean (2011, p, 271), muitos levantamentos, relatórios, iniciativas de reflorestamento e condutas a respeito da preservação das matas foram tomando espaço, contudo o *conservacionismo* era a ideia mais aceita como referência em preservação. Antes da primeira aprovação de um Código Florestal em 1934 apenas alguns topos de Serras eram considerados áreas de Preservação no Brasil, porém mesmo com a criação deste Código muito se podia fazer para driblar suas leis e desmatar replantando no lugar algumas espécies menos importantes que as nativas ou nem mesmo replantar. Contudo o Código Florestal Brasileiro fora se aprimorando e sendo nele incluído mais leis e normas de uso dos recursos naturais e de Reservas. (Ibidem. 2011, p, 304)

Capítulo II - Parque Nacional da Serra da Canastra

O Parque Nacional da Serra da Canastra, PNSC, foi criado em 1972 pelo Decreto de lei nº 70.355/72. Com uma área demarcada de 200.000 hectares este parque está situado no sudoeste de Minas Gerais, segundo o *Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Canastra*. (IBDF. 2005) A Serra da Canastra é também considerada a bacia hidrográfica de diversas nascentes de rios, dentre estes a nascente histórica do Rio São Francisco que percorre 2.700 km passando por cinco Estados brasileiros. É o berço de exuberante fauna e flora que faz com que este parque tenha um grande valor estético e que hoje alimenta a maior parte do turismo regional. Sua área abrange as cidades de São Roque de Minas, Sacramento, Delfinópolis, São João Batista do Glória, Capitólio e Vargem Bonita. Em 1976 sua demarcação baixou para uma área de 71.325 hectares devido aos conflitos que a desapropriação trouxe, esta nova medida é referente ao que se tem como regularizado e é de controle do IBAMA. Porém mais adiante em 2007 ele novamente volta a ter os 200.000 hectares, (BARBOSA, 2007, p. 1-2) e novamente os conflitos voltam à cena jurídica e social. Outros dados são expostos mais adiante no trabalho.

De acordo com o Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Canastra

A área decretada do PNSC, que contribui com aproximadamente 3,8% da área protegida de cerrado sob as UCs federais, foi considerada, segundo a publicação “Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade do Cerrado e do Pantanal”

elaborada pela Conservation International, em 1999, uma área cuja prioridade para a conservação é extremamente alta. (PN_PNSC, 2005, p.6)

Esta importância descrita sobre o Parque deixa clara a necessidade em se conservar este ecossistema na garantia de proteger recursos naturais indispensáveis a nossa sobrevivência. A defesa do meio ambiente e das causas ambientalistas não serão o foco deste trabalho, entende-se que a identificação com estas posturas ou o contrário são posições pessoais e influenciam consideravelmente em que escreve sobre o assunto. Porém esta visão que separa o Meio Ambiente de quem o habita será abordado dentro da perspectiva do trabalho uma vez que faz parte da problemática que encontra este tipo de situação.

Na imagem abaixo a parte superior (vermelho) é da primeira demarcação de 71.325 há, apesar de já ter sido dito que seria os 200.000 há (aprox.). Na parte inferior a segunda demarcação que vem reafirmar os 200.00 ha e que continua devido a isso causando as disputas judiciais.

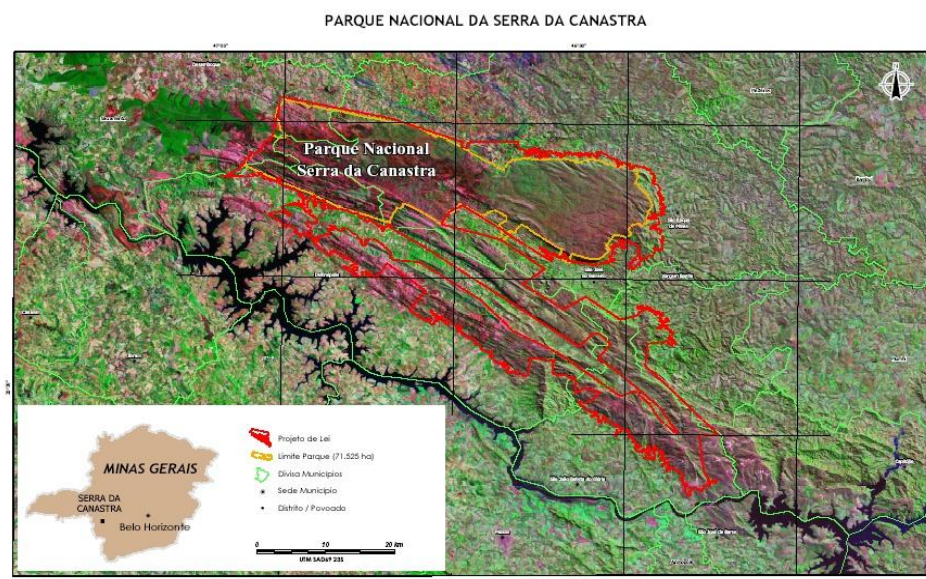


Imagem 2: imagem de satélite modificada.

Fonte: Apud André Picardi. Imagem publicada no site: (www.andrepicardi.com.br)

Dentre os primeiros registros já escritos sobre esta região destacam-se as anotações de viagem do Naturalista Francês Auguste Saint-Hilaire (1779-1853) entre 1816 a 1822, ele saiu de do Rio de Janeiro em 1819 visando chegar até a nascente do Rio São Francisco, porém a vinda deste cientista para o Brasil não era para este fim, mas devido seu conhecimento em Botânica e a acordos feitos por políticos e cientistas ele definiu suas viagens e objetivos aqui. (KURY, 1995, p.4) Saint-Hilaire (1937, p, 175-176) definiu a Serra da Canastra como um

grande cofre, por isso o nome Canastra é atribuído a serra por fazer referência a uma canastra onde se guarda tesouros, porém a etimologia não seria de cunho deste viajante. Sua definição de admiração da famosa queda d'água a Casca D'anta é descrito da seguinte forma:

Para sentir quanto este conjunto é encantador, procuremos a reunião de tudo o que encanta na natureza: o mais belo céu, rochedos elevados, uma cascata majestosa, as águas mais límpidas, a vegetação mais fresca, enfim, matas virgens que apresentam todas as formas da vegetação dos trópicos. (Ibidem, 2004, p, 175-176)

Saint-Hilaire (1937, p, 178) relata outras observações que muito nos mostra sobre esta região, seus habitantes, costumes e também sobre sua trajetória em meio ao sertão de Minas Gerais, também ele faz muitas comparações com regiões francesas, inclusive no formato de pastagem. A semelhança com regiões tradicionais da França acontece também na forma como os camponeses da Canastra lidam com o gado, inclusive na hora de levar de uma região a outra quando a pastagem fica escassa em determinada época do ano e eles vão para a parte de cima da Serra onde há alimento para o gado (BARBOSA, 2007 p26-27 apud HILAIRE, 1937 p. 181) esta tradição é de pequena parte dos camponeses, mas é fundamental na caracterização de um dos produtos de maior fama e comercialização da região, o Queijo Canastra, que tem sua originalidade ou *terroir* devido a este formato de pastoreio, alimentando o gado com capim nativo. De acordo com o PM_PNSC (2005, p. 13) em relação as atividades agrícolas na região das propriedades/posses, “apurou-se que, em 65% delas, a principal é a criação de gado leiteiro; em 18%, o plantio de culturas temporárias, em 12%, a pecuária mista; e, em 5%, o turismo”.

É através da Europa que temos grande referência em desenvolvimento científico que analisa os costumes e a vida no campo, há exemplos que foram estudados por historiadores sobre camponeses na França rural que estabeleceram relações com a Natureza de forma protetora. As ciências sociais muito buscaram nestes exemplos e mostram que a industrialização na França pouco modificou estes costumes camponeses. (MARTINEZ, 2006, p, 41).

Analisando Saint-Hilaire, outros pesquisadores e até mesmo as fontes oficiais, a História da Canastra começa com a busca por ouro e diamantes, deixando em alguns lugares sequelas sociais e ambientais. Parte do povoamento no início do século XX se deu por garimpeiros e seus familiares que ali buscavam riquezas no grande Pote como cita Saint-Hilaire. O trabalho de Cristiano Barbosa (2007, p.47-80) mostra bem como este início de garimpagem desde 1930 modificou as relações entre pessoas destas sociedades tradicionais que já habitam este

espaço desde o século XVIII, detalhe este que contribuiu para a criação do Parque a fim de preservar também estas riquezas minerais, ou segundo o discurso ambiental de preservar a natureza local.

O levantamento histórico cultural do PLANO DE MANEJO DA SERRA DA CANASTRA (PN_PNSC) faz a seguinte descrição em relação aos primeiros habitantes, ou os que adentraram pela primeira vez nesta região:

Os primeiros momentos históricos relacionados com a região onde o PNSC está inserido vinculam-se à chegada da expedição comandada por Américo Vespúcio à foz do rio São Francisco, em 1501, no dia de São Francisco, motivo pelo qual o rio recebeu esse nome. Entretanto, a exploração deu-se apenas com a vinda da comitiva de Tomé de Souza, que trouxe o português Garcia d'Ávila, um dos primeiros desbravadores a penetrar o interior do continente a partir do “grande rio”. Uma vasta região do interior seria então povoada pelo colono, tendo o vale do rio São Francisco, denominado o rio dos currais, como condutor natural dessa ocupação essencialmente fundada na atividade pecuária, que abastecia de carne todo o litoral canavieiro. Mas foi o sonho de riqueza e as crenças do homem europeu na existência de um paraíso material no novo continente que impulsionaram diversas expedições a buscarem cada vez mais longe as terras desconhecidas. Diferentes roteiros e relatos de viagem quinhentistas oriundos das diversas expedições que penetraram o sertão falavam de serras resplandescentes de ouro e prata e uma grande lagoa, “fabulosamente rica”, existente no interior do continente. Entre as muitas expedições que, nos séculos XVI e XVII, buscaram as cabeceiras do rio São Francisco, destaca-se a de Francisco Bruza de Espinosa, que, guiado por índios “mansos”, avançou pelo rio São Francisco até as proximidades do rio das Velhas, de onde retornou devido à resistência dos índios hostis. Em 1581, Gabriel Soares de Sousa tentou itinerário semelhante, vindo a falecer durante a expedição. Outras expedições se sucederam partindo de diferentes pontos da costa e de São Paulo, como a empreendida por André de Leão, em 1601. (IBAMA, PM_PNSC, 2005, p, 12)

O que percebemos é que os verdadeiros habitantes, índios de diversas etnias, foram expulsos desta região que eles habitavam a muito mais tempo, dentre estas etnias é de conhecimento as seguintes nações, “os acorá, araxá, araxaué, bororo, cataguase, estes predominantes no sudeste do Estado, e os caiapó, que se destacam entre os grupos que ocuparam o noroeste e o oeste mineiro”. (Ibidem, 2005, p, 12)

Assim como os primeiros habitantes de fora que vieram para esta região em busca de ouro, diamante ou para se apossar de terras, estimulados pela Coroa Portuguesa, (BARBOSA, 2006, p, 47) também no início do século XX outros garimpeiros foram se estabelecendo e formando vilas em torno da Canastra. Porém antes das formações das primeiras vilas as observações de Saint-Hilaire retratam que:

O que há de extraordinário é que homens brancos habitam essas pobres cabanas. E' muito verossímil que 'OS primeiros a se estabelecerem nesses lugares afastados

fossem alguns culpados perseguidos pelo rigor das leis. Seus filhos, criados na solidão, teriam nascido melhores (Ibidem, 2005, p. 176-177)

As observações deste viajante descrevem julgamentos baseados em sua construção cultural, obviamente sendo ele europeu, seu lamento com a pobreza em diversas análises mostra a real situação que era o avanço ao sertão brasileiro. Ele também cita em seus escritos que muitos negros fugidos (quilombolas) eram moradores de lugares inóspitos do sertão. Muitos destes quilombos já foram mapeados, ou seja, o lugar onde eles existiram, tendo já conhecimento que foram extintos.

Esta imagem mostra uma moradia que, possivelmente, seria como a relatada por August de Saint-Hilaire (1937, p.176) “São construídas grosseiramente com paus cruzados e barro que se estaca por todos os lados uma *herva* fina, arrancada com a terra, *adherente* as raízes, forma a sua cobertura”.⁴



Imagem 3: camponeses em frente a uma moradia típica do Sertão. Século XIX-XX.

Fonte: Arquivo Pessoal de Antônio Francisco de Faria, morador de São Roque de Minas (Apud BARBOSA, 2007)

De todas as questões que envolvem a demarcação e criação deste Parna, a que mais se encontra propícia a disputas em outros locais além do seio sócio cultural da Canastra

⁴ Algumas palavras estão no formato original da publicação de 1937

possivelmente é a mineração de diamantes. Segundo o Plano de Manejo do parque a vinda de garimpeiros para esta região se deu devido à crise na mineração em outras regiões no século XIX. (IBAMA, PM_PNSC, 2005, p. 13) O Geógrafo Gustavo Henrique Cepolini (2013, p, 83) mostrou que a atividade de garimpo que era rudimentar, mas também impactante durou até meados de 1980, quando o DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (DNPM) junto a outros órgãos como o IBAMA permitiu a entrada de grandes mineradoras para pesquisas referentes à exploração de diamantes na região, que atendia os outros 130 mil hectares que ainda não estavam em posse do Estado. Porém em 2006 o IBAMA voltou atrás e decidiu interromper as atividades das mineradoras tendo em vista a retomada dos processos de demarcação do parque. Segundo o autor Organizações Não Governamentais (ONGs) e moradores da região denunciaram ao Ministério Público, mineradoras que além de pesquisa estariam com atividade de garimpagem de diamantes. (CEPOLINI, 2013, p, 88)

Também o Geógrafo Cristiano (2006, p. 75) cita o garimpo como uma das primeiras atividades desenvolvidas pelos moradores, principalmente de Vargem Bonita, primeiro povoado que se instala próximo a Serra e utiliza do Rio São Francisco para este fim.

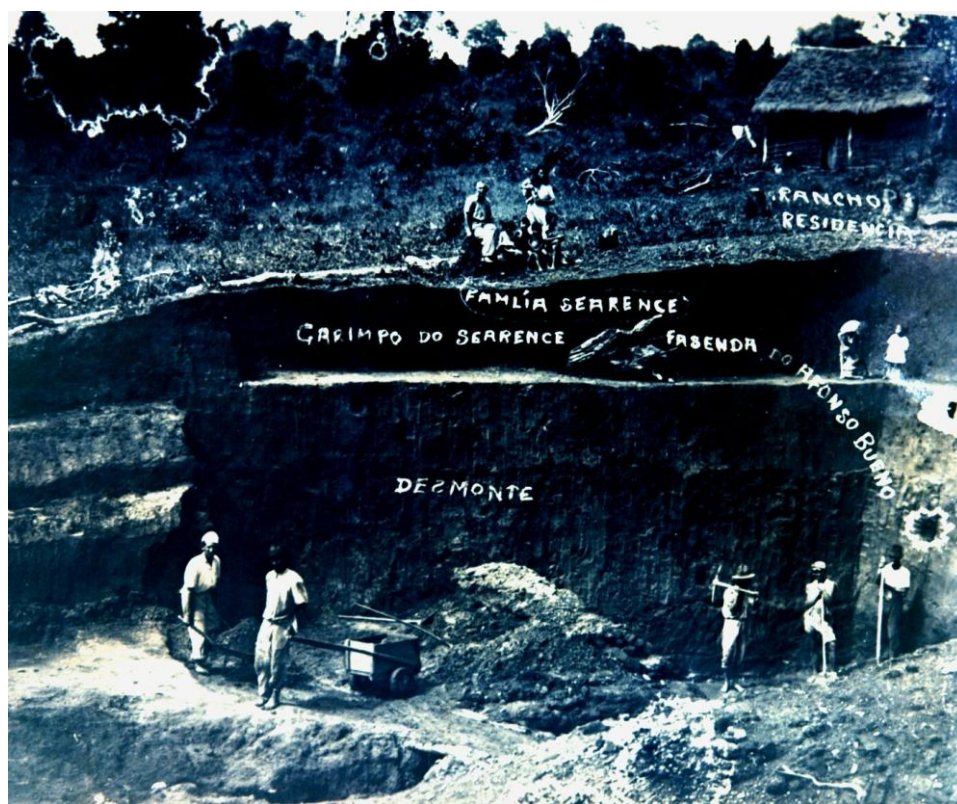


Imagem 4: Exploração de garimpo às margens do Rio São Francisco, em Vargem Bonita (déc. 1940)

Fonte: Arquivo Pessoal de Antônio Francisco de Faria, morador de São Roque de Minas. (Apud BARBOSA, 2007)

Percebe-se pelas imagens que se trata de um garimpo diferente dos exercidos pela Coroa, uma vez que estes podiam ter além de escravos também guardas. Neste da imagem supõe-se pela descrição pertencer a uma “família Cearense” e Fazenda Afonso Bueno.



Imagem 5: família de garimpeiros. Fonte: Arquivo Pessoal de Antônio Francisco de Faria, morador de São Roque de Minas. (Apud BARBOSA, 2007)

Nesta outra imagem percebe-se nitidamente a presença familiar, o que se supõe novamente ser um garimpo exercido por pessoas que ali estavam num projeto de vida e não apenas pela circunstância da extração de diamantes. Pela análise do acervo levantado por Cristiano Barbosa, datam-se as imagens do final do século XIX e início do XX.

A atividade do garimpo era feita em épocas que diminuía as tarefas relacionadas ao gado, devido à seca, e também fora do tempo de semeadura. (BARBOSA, 2006, p. 62) Outras atividades como pequenas plantações de café formavam um conjunto de possibilidades para

que a vida no campo gerasse renda ao produtor. Na foto abaixo se vê uma fazenda com um terreiro de café exposto ao sol para secagem.



Imagem 6. Fazenda produtora de café. Fonte: Arquivo Pessoal de Antônio Francisco de Faria, morador de São Roque de Minas. (Apud BARBOSA, 2007)

Para justificar a criação do Parque Nacional da Serra da Canastra outra referência muito utilizada foi uma grande seca ocorrida no Rio São Francisco em 1971, esta seca impossibilitou a navegação nas regiões em que eram utilizadas embarcações de grande porte. Havia certa pressão para necessidade de preservar a nascente do rio. (PM_PMSC, 2005 p.) A seca trouxe muita preocupação econômica uma vez que escoamento de produtos e o transporte de pessoas eram feitos por muitos barcos a vapor. (NOBLAT apud TENÓRIO. 1971) Porém é necessário lembrar que a própria navegação a vapor foi responsável por grande parte do desmatamento às margens do São Francisco uma vez que a madeira era o combustível. A exemplo disso houve um fato parecido em 1862 numa colônia britânica na Austrália onde uma seca levou colonos e agricultores a enfatizar a necessidade de uma legislação sobre a administração da terra. (MCCORMICK, 1992 P. 27) Desta forma podemos

perceber que atitudes desta natureza, de intervenção crítica referente ao uso dos recursos naturais foram recorrentes no mundo todo. Através da bibliografia utilizada podem-se utilizar exemplos na Europa, Américas e outros lugares. John McCormick (1992, P. 37) observa também que em muitas políticas econômicas adotadas como o *Neal Deal*, por exemplo, tanto o crescimento econômico quanto a preocupação com os recursos naturais foram incluídos no plano. Chegando ao ponto de reverter danos causados anteriormente como erosões provocadas pelo uso indiscriminado do solo.

O povoamento que se percebe hoje em torno da Serra da Canastra, especificamente na região São Roque de Minas mantém o conhecimento de sua história, mesmo quem veio para esta região após a criação do Parque. Absorvendo e contribuindo para a construção cultural local estas pessoas expressam muito das configurações atribuídas ao povo de Minas Gerais. O reconhecimento como Mineiro tem as mesmas bases culturais de outros Estados em relação a estas definições e os usos e significados disso. Na região da Canastra os antigos moradores, produtores de queijo se intitulam mineiros *canastreiros*,⁵ (filme) que tem significado relacionado à vida camponesa junto a Serra. Em depoimentos destes *canastreiros* no filme *O Mineiro e o queijo*, de Wagner Indaiá e também nos depoimentos relacionados ao atual processo de reconciliação,⁶ fica claro que há uma expressão de exclusividade tradicional separada das demais de Minas Gerais. Isto não significa uma afirmação competitiva, mas uma segurança de identidade cultural tradicional, de existência em torno de um lugar. Essas características não existem em estado puro, têm relações com a cidade, o Estado e todo o resto sofrem influências da mesma forma que torna exemplo de particularidade. (DIEGUES, 2001, p. 88)

A grande fonte de admiração estética da Canastra é uma cachoeira chamada Casca D'Anta. Citada esteticamente por Auguste de Saint-Hilaire, (1937, p178) a cachoeira “derrama-se majestosamente uma *bella* cortina d'agua”. Além de inúmeras outras cachoeiras há também muitos animais e plantas nativas que se destacam como referência à necessidade de se preservar este espaço. Porém o grande símbolo que extrapola os limites do Parque e do Estado de Minas é o Rio São Francisco, um gigante que tem seu nome marcado na cultura popular de boa parte do Brasil e é sem dúvida um Rio importantíssimo. A sua importância turística teve uma reviravolta quando em 2003 ele teve sua nascente redefinida devido a novas pesquisas científicas determinando a:

⁵ Não é possível buscar a etimologia da palavra *canastreiro*, porém percebe-se sua maior divulgação à partir do crescimento do turismo e do projeto de reconciliação referente a demarcação, que possivelmente trouxe importância em se afirmar uma identidade regional.

⁶ Estes depoimentos estão disponíveis no site (www.projetocanastra.com.br)

extensão do rio São Francisco para um valor denominado histórico (considerando suas nascentes tradicionais) e um valor dito geográfico, que implica em considerar suas nascentes verdadeiras nas nascentes do rio Samburá. Os valores calculados para a extensão do São Francisco foram: 2.814 km para o trecho histórico (nascentes na Serra da Canastra); e 2.863 km para o trecho geográfico (nascentes consideradas no rio Samburá). (SILVA, VIEIRA, FARINASSO, CARLOS, 2003, p.399)

Novamente percebem-se as possibilidades que tem a História Ambiental ao buscar em áreas mais específicas às ciências naturais referências que ajudam a compor sua escrita. A cidade que tem a nascente considerada verdadeira, Medeiros, fica no entorno da Canastra e tem características semelhantes no âmbito sociocultural e agropastoril. São Roque de Minas ficou então sendo a cidade da nascente histórica, não perdendo assim sua importância turística. Porém a necessidade em se preservar também a nascente verdadeira trouxe novas expectativas em relação a demarcações e novamente problemas de disputa podem vir a acontecer.

2.1 Conservacionismo, Preservacionismo e Protagonismo.

As oportunidades que me levaram a observar a Serra da Canastra e suas Complexidades Ambientais me possibilitaram perceber alguns problemas que esta região enfrentou e ainda enfrenta. Pude ver que alguns moradores e camponeses que viveram o momento da demarcação foram muito afetados pela forma como isso aconteceu, alguns de maneira bem traumática.⁷ Porém entendendo que os discursos destes habitantes são também fruto de coletividades, de inúmeras formas de compreender a natureza, percebem-se posições preservacionistas, conservacionistas ou o oposto das duas. Analisa-se também que nas diferentes formas de se relacionar com a natureza e a história deste lugar as pessoas estão sempre em contato com este passado recente, que ainda constrói pensamentos e atitudes. Nesta trama local tenta-se então perceber as apropriações e significados a respeito da natureza, assim como foi citado anteriormente ao ver a importância do turismo nesta realidade.

A criação do Parque contou com diversos fatos sociais e naturais, como as disputas judiciais em torno da demarcação, secas e incêndios, fatos estes que ainda se vê no presente. Dentre os fatos naturais cito a grande seca do Rio São Francisco, de 1971, que deixou o Rio São Francisco inavegável e a represa de Três Marias com 3% de sua capacidade. (PM_PNSC,

⁷ As afirmações a respeito das opiniões dos habitantes da região da Canastra são baseadas em diálogos e em convívio com os camponeses, sem gravações de entrevistas, porém com o cuidado da observação crítica. Outras falas estão disponíveis na internet (www.projetcocanastra.com.br) e reafirmam consideravelmente as opiniões descritas.

2016, p.19) Isso mostra como ações de preservação ou proteção também são tomadas por motivos de urgência como a escassez de água e não apenas pela noção estética, da preservação poética. As ideias de preservação, proteção e em alguns casos o melhoramento da agricultura para estes fins foram relatadas em vários estudos de História Ambiental. Por exemplo, a referência de José Augusto de Pádua se referindo a Manoel Ribeiro do Val, lavrador que no final do período escravista alertava em discurso que os problemas da agricultura não estavam só no campo econômico mas também refletiam na vida natural, selvagem. (PÁDUA. 1998 p. 2) Desta forma podemos ver que o Conservacionismo e o Preservacionismo podem ir além da romântica visão ambientalista moderna, preservar ou conservar garante a sobrevivência.

Por fatos sociais entende-se os conflitos em torno da criação do Parque, algumas particularidades que compõe a sociedade tradicional e o protagonismo de pessoas envolvidas na questão. Uma comissão da verdade e reconciliação foi aberta em 2015, no intuito de tentar resolver tanto as questões relacionadas a demarcação da época da criação do Parque quanto a novas disputas de terras e uso de áreas que estão dentro do limite de aproximadamente 200.000 há, onde se encontra muitas propriedades particulares. Alguns depoimentos, que se encontram disponíveis na internet trazem questões que nos levam a perceber um sentido de pertencimento por parte de alguns camponeses quando alguns se negam a receber qualquer valor em troca de suas terras, outros nasceram ali e tiveram que ir embora para as cidades sofrendo com este rompimento.⁸ A identificação destes reconhece a necessidade da preservação da Natureza, mas se incluem também nela, não de maneira biológica, apesar de ser, mas de maneira social e cultural. Os interesses reais destas pessoas não podem ser definidos com exatidão, são discursos e relações de interesses diversas. Porém o trabalho não foca a questão jurídica, buscam-se fragmentos que podem nos trazer a identidade tradicional destas pessoas, que podem sugerir com mais precisão a relação de uso equilibrado e consciente dos recursos da Canastra e seu entorno.

Ao perceber que as pessoas que vivem ou viveram em torno da canastra e que se identificam com a nomenclatura *canastreiro* se expressam de forma a identificar-se com este termo, podemos entender que há então uma seleção de pessoas. Nem todas que moram na região e mesmo que compartilhem da mesma cultura seriam *canastreiros*. A particularidade é específica para quem viveu da terra e da pecuária tradicional utilizando-se de parte do Parque,

⁸ Estes depoimentos são uma fonte secundária, mas não estão em forma de entrevista, desta forma entende-se que são discursos legítimos e que pouco podem se diferir em outras ocasiões. Os camponeses citados são: Sebastião Geraldo Cruvinel e João Aguimar Ferreira. (www.projetocanastra.com.br)

que antes eram fazendas compradas dos primeiros proprietários. Desde a passagem de Saint-Hilaire a observação de particularidades já é descrita, no caso a utilização de pastagens na parte alta quando a seca acabava com as pastagens nas sedes das fazendas, segundo Saint-Hilaire a pastagem se chamaria “capim frecha” (*Tristachya Leiostachya*) (1937, p115) Este trabalho não visa detalhar critérios que levam ao direito à nomenclatura de *canastreiro*, há interesses diversos que não são objeto deste trabalho, inclusive ligados a reparações financeiras devido a desapropriação. Porém o próprio título de posse da terra já bastaria para identificar aquele que viveu dentro de uma tradição específica em um lugar que lhe foi tirado pelo Estado, provocando assim uma transformação drástica e determinante em sua vida tradicional. Mesmo não tendo esta região um foco em agricultura de grande escala, (BARBOSA. 2006 p. 67) os meios de subsistência por muitos anos contavam com o uso da região da Canastra. Especificamente no chapadão ou parte alta, principalmente em relação ao gado leiteiro se utilizando da pastagem nativa. Levando em conta que a Natureza, terra, ar, água, plantas, animais etc. o que nos provém a vida, fazem parte do que entendemos como recursos naturais, estes recursos então são em várias formas o objeto do interesse geral.

Outra observação é que transformações sociais e econômicas influenciam a atitude dos homens quando estes se apropriam e de certa forma controlam a natureza. Assim estes fatos permanecem no âmbito sociocultural e se faz uma história de si mesmo, a História do Ser (LEFF, 2003, p.14). Também tiveram consequências os moradores da cidade uma vez que sua economia se baseia na agricultura e pecuária. Na cidade as autoridades locais como políticos, representantes do Estado e também empresários e grandes fazendeiros vão durante o processo de criação do Parque, criar, absorver e incorporar os diferentes discursos em defesa ou em uso da Natureza.

Um camponês que viveu a situação da demarcação e hoje vive da pecuária e do turismo, pois em sua fazenda possui uma área de *camping*, é o Senhor Chico Chagas. Pessoa agradabilíssima e muito interativa junto aos turistas e visitantes. Senhor Chico se considera um *canastreiro* legítimo, todavia sua fazenda se encontra ao lado do Parque e está sempre ligado aos acontecimentos socioculturais e políticos da região. Em depoimento ao projeto de reconciliação⁹ ele relata algumas características que compõe a vida de um *canastreiro*. Sua postura em relação ao parque é realmente de conciliação uma vez que, depende do turismo que está relacionado ao Parque e sofreu as consequências da demarcação. Em diálogos com o Senhor Chico Chagas ele relata que camponeses morreram de tristeza devido à retirada a

⁹ Os depoimentos estão disponíveis no site (www.projetcocanastra.com.br)

força de suas terras, fatos desta natureza também estão presentes no depoimento de Dona Terezinha Maria de Aquino.¹⁰ Também vale ressaltar que este senhor está em contato com diversos tipos de pessoas, ambientalistas ou não, conservacionistas e preservacionistas, detalhes estes que influenciam novamente na concepção de sujeito cultural, múltiplo, mas específico por pertencer a esta complexidade.



Imagem 7: Senhor Chico Chagas reconhecendo plantas medicinais.
Fonte: Foto do autor.

Nesta época, em um contexto global, iniciativas de caráter preservacionistas e conservacionistas ganham mais força pelo Mundo. No Brasil a partir de 1970, sendo que alguns órgãos internacionais começam a cobrar países em desenvolvimento, como cita Pedro Jacobi:

Na segunda metade da década de 70 surgem diversos grupos ambientalistas, que se estruturam no momento onde se inicia o processo de liberalização política, e pelo estímulo gerado para a questão ambiental pela Conferência de Estocolmo em 1972. Nessa ocasião cresceram as acusações de alguns países desenvolvidos em relação à postura predominante em países em desenvolvimento a respeito da ausência de normas para controlar os graves problemas ambientais. (JACOBI, 2003, p.3)

Neste momento o Brasil no regime militar desenvolvia as ações de crescimento industrial e também os projetos de povoamento de territórios mais afastados. Como se sabe as consequências ambientais de alguns destes projetos de desenvolvimento foram posteriormente levantadas e hoje com a Comissão da Verdade também apura-se novos crimes cometidos contra os moradores tradicionais de diversas regiões, os indígenas, por exemplo, foram

¹⁰ Ibidem (www.projetocanastra.com.br)

também de forma direta e indireta atingidos pela aproximação do Estado. Isso nos leva a entender também que o que aconteceu na Serra da Canastra, os atos de violência em detrimento da desapropriação de terras, não são fatos isolados de ações de intervenção em um meio ambiente antes considerado equilibrado e instável, ou dentro de perspectivas que não direcionassem a um esgotamento de recursos.

A forma como eram utilizados os recursos locais e ainda é, modificou-se na agregação de valor e desenvolvimento e hoje em dia se torna ainda mais significativo. Neste caso destaca-se hoje a produção do premiado queijo Canastra e no turismo ecológico. (BARBOSA, 2005, p. 72) Na atualidade então é perceptível a apropriação de novos conceitos e valores ligados ao turismo, fonte de recursos diretos para a população e para os camponeses. A criação do Parque da Canastra teve como ponto positivo a regulamentação turística, o que possibilitou uma divulgação da cultura *canastreira*. Junto à venda de produtos agropastoris e do comércio hoteleiro com hotéis, campings e pousadas vem então um reforço da identidade natural desta comunidade devido a relação com o outro, os visitantes. O perfil de quem visita a Serra da Canastra é variado, porém é perceptível o motivo, geralmente a apreciação e uso das belezas naturais e junto a isso vem os discursos da necessidade de se preservar tanto a Natureza quanto as tradições culturais.

Com novos nichos econômicos que possibilitam renda financeira para quem oferece produtos e serviços relacionados à Canastra, os habitantes desta região vão também se posicionando em relação ao uso da Natureza num processo interessante de ressignificação, inclusive na troca de valores e no reconhecimento científico da importância da Natureza. Discursos preservacionistas e conservacionistas são então comuns no cotidiano desta sociedade, inclusive na argumentação de que, quem vivia nesta região antes da demarcação não utilizava a Natureza de forma destrutiva. Há também segundo Cristiano Barbosa (2005, p.80) a apropriação da cultura camponesa por empresários do turismo a fim de agregar valor ao serviço oferecido, novamente os interesses diversos precisam ser analisados com cuidado.

Percebe-se então pelas possibilidades da História Ambiental, por novas abordagens e também por alguns pontos nas perspectivas de outras linhas como a História Cultural e Econômica, o entendimento de questões que margeiam este universo do mundo Natural e a relação dos camponeses ali. Foi desta forma, através de documentos, trabalhos, artigos, alguns depoimentos e diálogos, entender discursos e perceber alguns protagonistas que fizeram parte desta conturbada história.

2.2 Senhor Hélio Lasmar

Dentre os protagonistas ou atores sociais o trabalho visa maior destaque à pessoa, o papel e as memórias do primeiro administrador do Parque o Senhor Hélio Lasmar, (em memória). Além de funcionário público e cumpridor das funções que lhe eram atribuídas o Senhor Lasmar se intitulava um ecologista e protetor da Natureza, (LASMAR, 1982, capa.) Suas memórias e suas opiniões a respeito da criação do Parque, sobre a vida e a relação do homem com a Natureza ficaram escritos na forma de uma autobiografia, com quase 300 páginas, contando com 21 páginas escritas, anexos e páginas sem número. Em relação ao discurso descrito no documento o Senhor Hélio diz: “Transferei para este livro, conhecimentos que a experiência da vida me ditou nos meus anos de vivência e nos trinta e cinco como servidor público”. (Ibidem, 1982)¹¹ Por esta declaração seria mais adequado chamar o livro de documento, sem desmerecer sua colocação e por seguir uma análise científica da fonte.

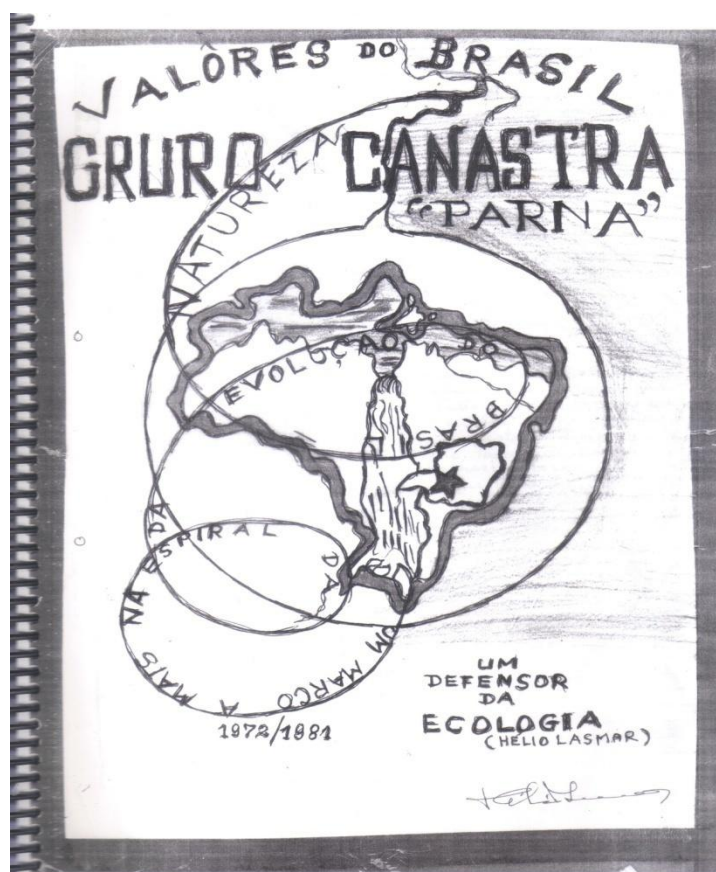


Imagem 8. Capa do Documento do Senhor Hélio Lasmar.

Fonte: Documento cedido para pesquisa pela família do Senhor Hélio Lasmar.

¹¹ Algumas páginas não contêm numeração

O acesso a este documento se deu por acaso, em contato com familiares que falaram da trajetória e do que consideram um livro escrito pelo Senhor Hélio. O acesso aos seus escritos foi de grande importância para minha formação, contudo os conhecimentos adquiridos no curso e a orientação me possibilitaram concluir esta etapa de descoberta, abordagens e usos da memória do Senhor Hélio. O discurso dos familiares sobre a conduta e o material escrito vão em direção a uma ideia memorialista, onde preservar a importância deste homem como servidor público e defensor da natureza permitiria referência a um passado de luta e esforço para estabelecer a condição daquela região num Parque Nacional.¹² Também é preciso destacar que o substancial tirado desta fonte escrita é desproporcional a seu tamanho uma vez que são detalhes que nela se busca e não uma análise profunda da obra. Possibilidade esta que seria preciso outro foco.

Pode-se supor que a postura do Senhor Hélio é de um conservacionista, mesmo que este termo não seja usado por ele, o mesmo utilizava o de ecologista, que segundo José Augusto Pádua (LAGO, Apud PÁDUA, 1985. P. 36) não seria um termo fixo, mas uma postura crítica e reflexiva perante a sociedade que se relaciona com o mundo natural de forma desequilibrada. Ele cita no prefácio do documento a necessidade das “causas em favor da conservação da natureza”. (LASMAR, 1982, prefácio) O senhor Hélio via a conservação da natureza e das belezas naturais dentro das possibilidades de uso da mesma em recreação turística e em pesquisas científicas. Descrevendo a importância de seu registro ele cita que: “O trabalho em consideração, documenta com certos detalhes uma dura luta em prol da conservação da Natureza”. (Ibidem, 1982, prefácio) Ele também relatou viagens recreativas ao local antes de se tornar um parque, e esta identificação com o lugar foi um dos fatores que o possibilitaram para que ele viesse a ser um funcionário ideal a esta função, de administrador. (Ibidem, 1982. p.06-07) Antes disso o Senhor Hélio também já havia trabalhado 26 anos no Ministério da Agricultura, outro fato que pode ter favorecido também a sua nomeação para o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) devido à experiência na área rural.

O Senhor Hélio precisava se relacionar com moradores de São Roque e região, onde se encontrava o escritório e a maioria dos trabalhadores e parentes dos camponeses que tinham as propriedades rurais em torno do parque. Desta forma ele se inseriu então no cotidiano de um período que marcou para sempre ele e os moradores da região da Canastra. Através de seu documento ele nos dá muitas pistas sobre outros fatos e pessoas ligadas ao parque, que não é

¹² No processo de aproximação à família do Senhor Hélio Lasmar achei por correto não pedir para gravar entrevistas, pois o momento não se mostrava conveniente.

de fácil conhecimento e acesso devido à falta de registros. Dentre estes fatos tomamos conhecimento que à partir da criação do Parque alguns pesquisadores de universidades estrangeiras estiveram em São Roque de Minas e também no Parque elaborando estudos e trabalhos sobre a fauna e a flora. Há por exemplo, o caso de um casal de pesquisadores franceses, James e Ann, que chegaram a morar no Parque por um grande período, os estudos deste casal contribuíram na organização do primeiro Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Canastra. (LASMAR. p.13)

No documento escrito pelo Senhor Hélio encontra-se em anexo correspondências que nos levam a ter noção de seu trabalho junto a diversos cientistas estrangeiros, há também recortes de jornal e cartas oficiais referentes a conflitos que nos possibilita entender melhor a postura deste então protagonista na administração e conservação do Parque. Também estas correspondências podem nos sugerir diversas possibilidades uma vez que aponta o que era feito por pesquisadores estrangeiros. Numa destas a pesquisadora Ann Dietz, Especialista em Desenvolvimento de Sistemas Educacionais, que esteve no parque na década de 1970 pesquisando a fauna local, demonstra interesse em voltar para pesquisar o Lobo Guará. A mesma relatou estar na Universidade Estadual de Michigan e que estaria produzindo um programa educativo de TV sobre o Brasil lá nos Estados Unidos. (LASMAR. p.128) Em outra correspondência outro pesquisador, (LASMAR, p.129) James, relata a boa experiência que tiveram junto ao Senhor Hélio se tratando de planejamento, desenvolvimento e gestão do Parque.¹³

O Senhor Hélio selecionou recortes de jornais, em anexo, que registram momentos de tensão no qual esteve ele direta ou indiretamente ligado. E num destes anexos há uma carta enviada aos seus superiores da Delegacia Estadual de Minas Gerais. (LASMAR 1982, p.112) Esta carta intitulada de Manifesto traz nas palavras do Senhor Hélio um descontentamento em relação a uma decisão tomada por um funcionário o IBDF, Joaquin Uriarte, que autorizou alguns fazendeiros a utilizar a área do Parque. Esta ação resultou numa grande queimada e na introdução de aproximadamente 3.400 cabeças de gado. Nos recortes de jornais as circunstâncias vão se desenrolando, com negações, redirecionamento de ações, e promessas de resolução dos problemas. Em sua declaração ele diz que a ação deliberada tinha “atingido mesmo a moral de todos que em prol desta causa lutam subjugados pela má interpretação no campo moral, intelectual e político na região” (Ibidem, 1982, p. 122) Mas o destaque se dá para esta carta manifesto que nos leva a entender que não havia uma obediência cega as

¹³ As traduções dos documentos para português foram feitas pela Geógrafa Raquel Neder.

instituições, que a postura do Senhor Hélio é de grande descontentamento à possibilidade de destruição do local que ele era encarregado de gestar. Percebe-se no descontentamento um abalo moral relacionado à causa, possivelmente a causa da proteção à natureza.

De acordo com o levantamento do Plano de Manejo do Parque (PM_PNSC, 2005, p. 23) Em 1977 foi oficialmente criado o cargo de Diretor do Parque, nomeando para tal o Senhor Oliveira de Almeida Soares, sua principal missão seria o cercamento da área e a retirada dos camponeses. Em nenhum momento deste documento se relata nomes de outros funcionários, que são relatados pelo Senhor Hélio enquanto administrava o Parque. Desta forma os conflitos relatados pelo Senhor Hélio posteriores à criação da direção tem como consequência uma nova forma do Estado agir naquela situação, seriam estes conflitos de maior intensidade, tendo em vista que os de antes eram para se discutir a desapropriação e a remuneração pelas terras. Os recortes de jornais que relatam as tensões descritas acima são então posteriores à nova direção, são de 1979 (LASMAR, 1982, p. 110-121)

Nesta tabela podemos ter uma noção histórica dos contextos vividos pelo Senhor Hélio Lasmar durante sua permanência na administração do Parque.

GOVERNO	ANO	ACONTECIMENTOS
Emílio Garrastazu Médici	1972	O Dec. Lei Nº 70.355 cria o PARNA da Serra da Canastra, podendo atingir 200.000 hectares. O Decreto foi assinado ainda por Luiz Fernando Cirne de Lima, ministro da Agricultura
Emílio Garrastazu Médici	1973	A Fundação João Pinheiro (FJP) é contratada para fazer levantamento identificando apenas 106.185,50 hectares (cento e seis mil cento e oitenta e cinco hectares e cinquenta ares) em comum acordo entre o Delegado Regional do IBDF e FIP
Ernesto Geisel	1974	Os decretos Lei nº 74.446 e 74.447 declaram de interesse social 106.000 hectares
Ernesto Geisel	1977	A Fundação João Pinheiro é contratada para realizar o levantamento para fins de demarcação topográfica, delimitando uma área de 71.525 hectares em um perímetro de 173,4 km , excluindo a parte sul, ou seja, o Chapadão da Babilônia.
João Figueiredo	1981	É publicado o 1º Plano de Manejo da UC para uma área de 71. 525 hectares delimitada em um perímetro de 173, 4 km

Imagem 9: Tabela de datas e acontecimentos relacionados ao Parque
Fonte: Adaptado de Gustavo H. Cepolini Ferreira jan. 2013

Em outra página escrita pelo Senhor Hélio ele relata além da tristeza em se perder determinadas práticas culturais também o imprevisível destino da humanidade se tratando da destruição da natureza e dos recursos naturais. Neste momento ele dá uma pista do que pode ser uma fonte de suas referências sobre Ecologia e sua postura ativista, ele cita o termo *Espiral da Evolução*. (LASMAR, 1982 p. 14). Termo também utilizado de forma artística na confecção da capa de seus escritos. (Ver capa) Este termo tem relação com a doutrina espírita, uma vez que nas buscas pelo significado o resultado era na maioria relacionado a uma revista da doutrina Espírita. Na primeira página escrita ele assim descreve este fato, “Nas pesquisas e coletas, fui impulsionado com as revelações contidas nas publicações da “O Reformador” sobre o surgimento da vida no planeta, originado a fauna e a flora, complementando assim a criatividade deste trabalho”. (Ibidem, 1982, p 14,)

Porém não é de interesse deste trabalho buscar a formação da pessoa do Senhor Hélio, levando em conta que seria isto um trabalho específico da possível construção profissional, moral e intelectual dele, apenas se busca aqui contextualizar sua postura enquanto primeiro administrador do parque. Outras citações de seus escritos vêm de fontes não conhecidas e que não foi possível acessar, em sua maioria são datas e registros dos primeiros moradores da região pesquisados por ele quando esteve na administração do Parque.

O Senhor Hélio quando fala sobre degradação (1982, p.14) ele se refere à pesca predatória, caça ilegal, queimadas ilegais e apropriação indevida de espaços naturais que eram usados equilibradamente. De forma geral, impactos socioeconômicos e estéticos são os argumentos morais e científicos que servem como defesa da conservação, porém algumas pesquisas relacionadas à região trazem mais argumentos que a partir da criação do parque vão contribuindo para a criação de uma consciência coletiva de conservação. Em relação às queimadas estudos citam que:

A distribuição dos incêndios ao longo dos anos mostra um padrão conhecido de incêndios causados por raios na estação chuvosa e transição seca-chuva (setembro a abril) e uma concentração de incêndios de causa humana durante a estação seca, principalmente entre junho e outubro (MEDEIROS, FEDLER, p. 161)

Estas medições foram feitas de 1987 a 2001. Desta forma um levantamento preciso sobre a intensificação destes incêndios causados pelo homem a partir do povoamento do lugar não se encontra ainda. Auguste de Saint-Hilaire (1937, p. 180) no início do século XIX já fala em grandes e frequentes incêndios, a rotina anual de queimadas passa a ser comum desde a introdução dos primeiros camponeses.

Entender como o Senhor Hélio e outras pessoas que tiveram e ainda têm suas vidas relacionadas a Serra da Canastra, a fim de buscar pistas sobre a formação de pensamentos, posturas e como passaram a agir em detrimento dos fatos relacionados ao Parque não se trata de uma ideia simplista, determinista. Como cita José Augusto Pádua (2010 p. 83) se referindo à busca de entendimento sobre sociedades e sua relação com a natureza, “A produção de um entendimento sobre esse mundo tornou-se um componente básico da própria existência social”. Desta forma percebe-se que a própria construção desse lugar, a demarcação do parque, foi e é também parte da construção e reconstrução destas pessoas, biologicamente e culturalmente. E nesse aspecto percebe-se por estas pesquisas que o protagonismo destas pessoas junto às ações cotidianas fizeram deste contexto um exemplo de Meio Ambiente em construção, em movimento. É dentro deste lugar físico e biológico que tanto interfere na vida dos habitantes como estes interferem no mesmo que se cria a identidade natural.



Imagem 10: Serra da Canastra e Cachoeira Casca D’Anta
Fonte: www.projetocanastra.com.br foto : Roberto Murta

Considerações Finais:

A beleza estética e as particularidades socioculturais desta região me trouxeram o estímulo e as possibilidades de se pensar o objeto deste trabalho. Dentro das perspectivas da História Ambiental foi possível então organizar um corpo de ideias que possa dar conta desta complexidade, que faz desta história sobre a Serra da Canastra além de um exemplo de construção coletiva e de identificação, também exemplo de conflito e rejeição a uma nova forma de uso e significado do lugar. Através da busca por pesquisas referentes ao tema, documentos relacionados à Canastra e no processo de observação da vida destes habitantes, foi possível então perceber que os discursos se diferem, mas não se isolam deste lugar. Principalmente quando levamos em conta o momento que para nós se entende como um passado que se faz presente, ainda vivo na memória destes e revisitado quando vêm à tona os problemas das desapropriações.

Tenta-se compreender também neste recorte, de 1972 a 1981, período em que ele foi administrado pelo Senhor Hélio Lasmar, como essa relação contribuiu nessa construção coletiva. A partir da demarcação as pessoas ali são tomadas por novos acontecimentos, a vinda de representantes do Estado, os visitantes estrangeiros e suas ações de educação ambiental e propaganda conservacionista são fatos que, além disso, podem sugerir novos trabalhos referentes à demarcação deste Parque. Mesmo não tendo uma consciência clara sobre as funções da propriedade rural, no ponto de vista jurídico, estas pessoas discursam sua defesa em nome do trabalho, o que lhes trouxe o direito à propriedade e por isso lutam nesta causa.

Quando Auguste Saint-Hilaire (1937, p. 172) registrou em seu livro as formas estéticas da Serra da Canastra e sua beleza cenográfica, este lugar se encontrava quase desabitado. A admiração da vida natural é uma das principais características da Canastra. Porém o uso do garimpo rudimentar e posteriormente empresarial ou automatizado trouxe as primeiras preocupações com a degradação. Junto às queimadas e a seca de 1971, percebe-se também fora do ambiente da Canastra certa preocupação com este lugar. Porém não se assume que o papel do Estado seria o de proteger a Natureza pela beleza estética, isto é só mais um item que compõe os interesses econômicos. Os interesses governamentais são diversos e estratégicos, por isso não se viu um processo de demarcação com diálogo e de forma democrática e clara. O argumento de proteção das nascentes é o mais forte, mas podemos afirmar que o interesse da mineração por empresas diversas fez com que fosse criado o Parque. (BARBOSA, 2006. p. 49-50)

Outras construções de discursos ficam a cargo da História Oficial, dos chamados desbravadores que expulsaram índios e quilombolas. Estes discursos tiveram grande influência na afirmação de um desenvolvimento necessário, mas com a criação do Parque e com a vinda de pesquisadores estrangeiros e brasileiros, o que começa a se dar conta é de que, além de beleza este lugar comporta outras questões. É neste campo de valores que também podemos afirmar que a coletividade é baseada em interesses comuns, produtores de café vão querer que suas fazendas possam ser transformadas em lavouras, os de gado de corte vão querer plantar pastos e engordar o gado e assim por diante. Mas alguns camponeses não destacam a necessidade de grandes transformações, por exemplo, os produtores de queijo, o queijo canastra, são estes os *canastreiros*. De acordo com Cristiano Barbosa (2005, p.74) a maneira tradicional com que é produzido este queijo tem muito significado para estes produtores. Utilizando-se da pastagem nativa, na área do Parque, eles por muito tempo ali viveram sem causar grandes impactos ao meio ambiente.

Mesmo antes do surgimento da História Ambiental como disciplina o mundo natural é confrontado com o mundo social, sendo assimilado um ao outro de acordo com a evolução da própria História. Mas de acordo com Drummond a Historiografia deixa lacunas em relação às sociedades construídas em torno de uma questão natural, ambiental. É nesta linha de pensamento de Drummond, (DRUMMOND p. 195) onde é preciso buscar entender as formações socioculturais em torno destes espaços que se propôs este trabalho.

O interesse em diminuir o espaço do Parque é frequente, principalmente para favorecer as mineradoras, (BARBOSA, 2006) por outro lado a demarcação que vai trazer novas desapropriações também reacende discussões. Por isso a situação deste lugar não pode ser definida como resolvida, novamente percebe-se certa dificuldade, mas também a curiosidade de se buscar uma escrita da história estando esta em movimento. O Senhor Hélio muito sofreu para lidar com esta situação, de alternâncias. A intervenção de políticos na condução de seu trabalho, nas complicadas disputas judiciais que paralisavam seus trabalhos e na relação com os habitantes que muitas vezes não lhe eram amistosos fizeram com que ele se destacasse. Isto mostra que sua trajetória, não de forma isolada do Parque, mas como um protagonista, devido sua posição e atitudes, tornam-no a referência desta análise.

A complexidade ambiental e a dinâmica que a História Ambiental busca estudar estão presentes em muitos outros fatos relacionados à criação do Parque Nacional da Serra da Canastra. Dentre estes a própria produção escrita sobre o Parque não se percebe ainda significativa, sendo preciso buscar referências em outras disciplinas como a Geografia, o que não é um ponto negativo e sim possível na proposta da História Ambiental que vê no

cruzamento de estudos a possibilidade de novas abordagens. Na identificação com uma História Regional e Cultural, procurando entender o que se conhece como Identidade Natural, podemos afirmar que para as pessoas ligadas a este universo de beleza cênica, biológica e cultural a Canastra se transformou. O mesmo lugar de sempre se mostra maior, pois com a proibição o que se percebe não é uma diminuição de significado e sim uma ressignificação de valor, mesmo por questões impostas por uma força maior chamada Estado.

A paisagem deste território sem dúvida é o fator que externamente mais se destaca, seguindo a Lógica do turismo Ecológico de muitos Parques pelo mundo. Esta paisagem para os moradores da Canastra não é isenta de admiração, muito pelo contrário é incluída nas tradições locais, culturais e religiosas. (BARBOSA, 2006 p. 78-79) Também Diegues reforça a ideia de significado quando diz que:

Além do espaço de reprodução econômica, das relações sociais, o território é também o *locus das* representações e do imaginário mitológico dessas sociedades tradicionais. A íntima relação do homem com seu meio, sua dependência maior em relação ao mundo natural, comparada ao do homem urbano-industrial faz com que os ciclos da natureza (a vinda de cardumes de peixes, a abundância nas roças) sejam associados a explicações míticas ou religiosas. (DIEGUES, 2001 p, 79)

Em grande parte das cidades do interior é frequente a presença religiosa, em manifestações culturais e na crença das pessoas. O Próprio nome do rio, São Francisco, se remete a um Santo Católico e dá o tom de importância sagrada do mesmo. No alto do Parque existe uma imagem do santo em uma das nascentes do Rio, imagem esta trazida pela família do Senhor Hélio Lasmar do Rio de Janeiro segundo sua descrição. (LASMAR, 1981, p.11) Novamente vamos ao protagonismo e reafirmação como ator social que desempenha o Senhor Hélio na conclusão deste trabalho e novamente novos fatos e intervenções podem trazer mudanças significativas nesta sociedade, a exemplo disso houve em 2015 uma tentativa de retirada da imagem que resultou em novas disputas judiciais.¹⁴

Encerra-se este trabalho na linha de pensamento de Enrique Leff, quando se percebe que a Complexidade Ambiental não se refere apenas à Natureza, mas também ao campo econômico, social e cultural das pessoas que estão relacionadas com determinado espaço. (LEFF, 2000, p.317) Neste caso a Serra da Canastra não é apenas a serra, é também um parque e que antes era o lugar de recursos disponíveis e de propriedades rurais. Desta forma este Meio Ambiente comporta formas de vida que estão no campo científico e sociocultural, possibilitando a criação de uma unidade de identificação que se relaciona conflituosa e equilibrada, porém alimentando discursos através de atores sociais que ajudam a compor esta

¹⁴ Um artigo sobre este fato está disponível no site: (www.projetcanastra.com.br).

trama. Pessoas como o Senhor Hélio Lasmar são pontos de referência, de precisa singularidade que permitem a definição desta Complexidade existente e da capacidade da memória em contribuir para o entendimento da História. O Senhor Hélio, com sua postura ética profissional não deixou de expressar sua admiração pela Canastra, seu desejo em poder contribuir em sua conservação e se ver como integrante desse ambiente, mesmo sendo ele um representante do intruso Estado na percepção dos camponeses da Canastra.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, Cristiano. **Territórios de vida e trabalho dos pequenos produtores de queijo da serra da canastra:** Um estudo sobre a relação entre produção camponesa e espaços naturais protegidos nas nascentes do Rio São Francisco, minas gerais. 2007. Dissertação de mestrado. (Mestrado em Geografia) UFU Uberlândia, MG 2003.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Ações Estratégicas e Integradas para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável na Bacia do Rio São Francisco** / Ministério do Meio Ambiente, Secretaria Executiva. - Brasília, 2006.

BRASIL. **Plano de sistemas de unidades de conservação do Brasil.** Brasília: IBDF/FBCN, 1989.

BRASIL, **Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Canastra.** Brasília: MMA/IBAMA, 2005.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos Sobre a Historia,** Editora Perspectiva. Debates História.

DRUMMOND, José Augusto. **A história ambiental:** temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, pp. 177-197, 1991.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo:** a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. 8ª. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.

_____. **A luta pela borracha no Brasil:** um estudo de história ecológica. – São Paulo: Livraria Nobel, 1989.

DIAS-NETO, J., DIAS, J. de F. O. **O uso da biodiversidade aquática no Brasil:** uma avaliação com foco na pesca. Brasília: Ibama, 2015. 288 p.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada.** São Paulo: Ed. Hucitec, 1998. 169p.

_____. **A Sócio-anthropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil: uma síntese histórica.** Centro de Culturas Marítimas-CEMAR/NUPAUB. Universidade de São Paulo – 1998

DUARTE, R. H. *História & Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005

FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini. **A regularização fundiária do Parque Nacional da Serra da Canastra e a expropriação camponesa: Da ponta da Caneta à Baioneta**. Dissertação de mestrado. (Mestrado em Geografia) USP São Paulo. 2013.

GARFIELD, Seth. Tapping Masculinity: Labor Recruitment the Brazilian Amazon during World War II. *Hispanic American Historical Review*, v. 86, n.2, p. 278-308, May, 2006.
_____. **“A Amazônia no imaginário norte americano em tempo de guerra”**
Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 29, nº 57, p. 19-65 – 2009

IBDF, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal Fundação Brasileira para Conservação da Natureza. **Plano de Manejo**: Parque Nacional da Serra da Canastra. Brasília: IBDF, 1981

JACOBI, Pedro. **Movimento ambientalista no Brasil**. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas. In: Ribeiro, W. (org.) Publicado em Patrimônio Ambiental – EDUSP – 2003.

KURY, Lorelai. **“La politique des voyages en France au début du XIXe siècle et la culture scientifique d'Auguste de Saint-Hilaire”**, em Y. Laissus (org.) *Les naturalistes français en Amérique du Sud. XVIe-XIX siècles*, Paris, C.T.H.S., 1995.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. **O clima: história da chuva e do bom tempo**. In. LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

LAGO, Antônio; PÁDUA, José Augusto. **O que é Ecologia**. São Paulo. Abril Cultural Editora Brasiliense. 1985

LEFF, Enrique. **Construindo a História Ambiental da América Latina**. *Esboços*, Florianópolis, n. 1, v. 13, pp. 11-30, 2005.

_____. **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Saber Ambiental**. Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. Petrópolis, RJ, Vozes/PNUMA, 2001. 343p.

_____. **Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental**. PHILIPPI JR., Arlindo (Org.). *Interdisciplinaridade em ciências ambientais*. São Paulo: Signus, 2000

MARTINEZ, Paulo Henrique. *História Ambiental no Brasil. Pesquisa e ensino*. São Paulo. Cortez, 2006.

MEDEIROS. Marcelo Brilhante, FIEDLER. Nilton Cezar. **Incêndios florestais no Parque Nacional da Serra da Canastra: desafios para a conservação da biodiversidade**. *Revista Ciência Florestal*, Santa Maria, v. 14, n. 2, p. 157

PÁDUA, José. Augusto. **“Cultura esgotadora”**: agricultura e destruição ambiental nas últimas décadas do Brasil Império. Estudos Sociedade e Agricultura, 11, outubro 1998: 134-163

_____. **As bases teóricas da história ambiental**. Estudos Avançados. SciELO. 2010
 PORTELLI, Alessandro. **A filosofia dos Fatos**. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º.2, 1996, p. 59-72

SAINT-HILAIRE, Auguste. de. **Viagens pela nascente do S. Francisco e pela província de Goyaz**. Companhia Editora Nacional. São Paulo. 1937.

SCHIER, Raul Alfredo, **Trajetórias do conceito de Paisagem na Geografia R. RA’E GA**, Curitiba, n. 7, p. 79-85, 2003. Editora UFPR

SOARES, K. J. **Avaliação da ação antropogênica na qualidade da água do rio São Francisco no trecho nascente histórica à Vargem Bonita - MG - Ribeirão Preto**: UNAERP, 2006. Dissertação de Mestrado. (Mestrado Stricto Sensu – Tecnologia Ambiental). Ribeirão Preto, 2006.

WINIWARTER V. Institute of Social Ecology Klagenfurt University Schottenfeldgasse 29A-1070 Wien, Áustria. **Abordagens Geográficas** - volume 1, número 1, 2010: out.nov., p. 1-21.

WORSTER, Donald. **Para fazer História Ambiental**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

Documentos:

ATA Comissão da Verdade. Disponível em: < <http://projetcanastra.com.br/wp-content/uploads/2015/02/CANASTRA-Comissao-Verdade-1a-Reuni%C3%A3o-28-01-14-ATA-1.pdf> > Acesso em 20/08/15

CONTRA IBDF, a SOM faz uma ação. Estado de Minas, Belo Horizonte. 24-08-1979

_____. **DECRETO Nº 70.355, DE 3 DE ABRIL DE 1972**. Cria o Parque Nacional da Serra da Canastra, no Estado de Minas Gerais, com os limites que especifica, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D70355.htm> Acesso em 12/05/2015

_____. **RESOLUÇÃO Nº 5, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2012**. Comissão Nacional da Verdade. 2013. Disponível em: < http://www.cnv.gov.br/images/pdf/resolucao_05_051112.pdf > Acesso em 10/02/2016

IBAMA. Plano de Manejo da Reserva Biológica do Atol das Rocas Disponível em: <www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomasbrasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2270-rebio-atol-das-rocas> Acesso em 17-09-15

IBDF acha que é irreal o que ocorreu no Parque. Estado de Minas, Belo Horizonte. 09-08-1979

IBDF não revela nome de quem autorizou invasão do Parque da Canastra. Jornal do Brasil, Brasília. 27-07-1979

IBDF promete solução. Alto São Francisco. Pihumi. 29-07-1979

NOBLAT, Ricardo, TENÓRIO, Josenildo. *Jornal do Brasil, junho de 1971* Dos enviados especiais Ricardo Noblat e Josenildo Tenório. Disponível em:

<http://i.glbimg.com/og/ig/infoglobo1/static/_downloads/129_asecanorio.doc> Acesso em 18/05/2015

PICARDI, André. Navio negreiro. Pará de Minas, MG: Virtual Books, 2000. Disponível em: < http://andrepicardi.com.br/picture_library/gti_serra_canastra_conclusao.pdf >. Acesso em: 25 jul. 2014.

PREÇO para a Canastra é dobrado. Jornal do Brasil, Brasília, 03-08-1979

RESOLVIDO litígio da Canastra. Alto São Francisco. São Roque de Minas. 17-08-1979

SILVA, P. A.; VIEIRA, G. G.; FARI NASSO, M.; CARLOS, R. J. **Determinação da Extensão do Rio São Francisco** - Anais XI SBSR, 2003 Disponível em:

<<http://www.sfrancisco.bio.br/arquivos/SilvaP001.pdf>> Acesso em 12-08-2015